



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022

O **MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rodovia SC 443, Km 02, CEP 88717-000, Sangão-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 95.780.458/0001-17, torna público, para conhecimento dos interessados que se encontra aberto o **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022** na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 048/2022**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto está abaixo definido, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo Decreto Municipal nº 063, de 30 de maio de 2022, do Decreto Municipal nº 042, de 28 de junho de 2017, Decreto Municipal nº 080, de 03 de agosto de 2022 e subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, assim como as demais legislações pertinentes e as cláusulas, especificações e recomendações estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais elétricos, para serem fornecidos de forma parcelada, obedecidos as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

2. DA SESSÃO DE ABERTURA DOS ENVELOPES

2.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida por um Pregoeiro, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

DATA DA ABERTURA: 22/09/2022.

HORA: 09h00min

LOCAL: Na sede do Centro Administrativo Municipal, sito a Rodovia SC 443, Km 02, CEP 88717-000, Sangão-SC

2.2. Os envelopes contendo “Proposta de Preços”, “Documentos de habilitação” e “Declarações” se for o caso, deverão ser protocolados até as **08h30min do dia 22/09/2022, na Sala de Licitações da Prefeitura do Município de SANGÃO/SC, sob pena de preclusão ao direito de participar no presente certame.**

2.3. A sessão de pregão poderá ser suspensa, caso o Pregoeiro constate tal necessidade, sendo os participantes credenciados, comunicados da data e horário da reabertura da sessão.

2.4. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público, que impeça a realização deste evento na data acima marcada, a licitação ficara automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente no mesmo local e horário supramencionado, independentemente de nova comunicação.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos e, que atenderem as condições de participação e demais exigências constantes neste Edital e seus Anexos.

3.2. O presente edital concede tratamento diferenciado e favorecido as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, aplicando-se os dispositivos legais previstos na sessão I do capítulo V (acesso aos mercados) da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e alterações posteriores.

3.2.1. Aplica-se a este Edital o disposto no art. 48, § 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, regulamentado art. 8, inc. II alínea “a” do Decreto Municipal nº 063/2022, sendo, portanto, concedido à prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito **LOCAL ou REGIONAL**, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.



- 3.2.2.** Justifica-se a adoção da prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas, sediadas em âmbito local ou regional nos termos do fixado no Decreto Municipal nº 063/2022, a implementação da política pública de promoção ao desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, visando:
- 3.2.2.1.** Promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional;
 - 3.2.2.2.** Ampliar a eficiência das políticas públicas;
 - 3.2.2.3.** O incentivo à inovação tecnológica; e
 - 3.2.2.4.** O fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.
- 3.2.3.** Para efeitos deste Edital de Pregão Presencial, na questão da regionalidade será aplicado os critérios sequenciais, a seguir dispostos:
- 3.2.3.1.** Âmbito local - limites geográficos do Município de Sangão/SC;
 - 3.2.3.2.** Âmbito regional – Região Geográfica Intermediária de Criciúma, nos limites geográficos da Associação de Municípios da Região de Laguna – AMUREL, Associação dos Municípios do Extremo Sul – AMESC e Associação dos Municípios da Região Carbonífera – AMREC;
- 3.3.** Não se aplica o disposto no *item 3.2* e subitens, quando:
- 3.3.1.** Não houver o mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente identificadas no momento da construção do quadro referencial de preços e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;
 - 3.3.2.** O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, ou onerar a proposta acima do valor de mercado, justificadamente;
 - 3.3.2.1.** Para o disposto no *item 3.3.2*, considera-se não vantajosa a contratação quando:
 - 3.3.2.2.** Resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou
 - 3.3.2.3.** A natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.
 - 3.3.3.** O tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos nos subitens do *item 3.2.2*.
- 3.4.** Apresentar os documentos de habilitação e da proposta, em envelopes distintos que passamos a chamar de **ENVELOPE Nº 01**, ou envelope da “**PROPOSTA DE PREÇOS**” e o **ENVELOPE Nº 02**, ou envelope da “**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, no local, data e horário indicados neste Edital.
- 3.5.** Para fins de obtenção dos benefícios dispensados pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, **as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas**, deverão apresentar no ato do credenciamento ou no envelope de nº 03 “**DECLARAÇÃO(ÕES)**”, caso não se faça representar na sessão pública, **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal, juntamente com declaração de que se enquadram nesta categoria jurídica empresarial, e que não se enquadram nas exceções do § 4º, do art. 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores (**Anexo III**).
- 3.5.1.** O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores.
 - 3.5.1.1.** A sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei Federal nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores às ME/EPP.
 - 3.5.1.2.** O empresário individual enquadrado nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, às ME/EPP.



- 3.6.** Nos itens cujo valor for igual ou inferior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) na forma do art. 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores a participação é exclusiva as microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, salvo se não houver no mínimo três fornecedores competitivos, enquadrados como tal.
- 3.7.** Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 3.7.1.** Que não se enquadrem nas condições de participação do presente instrumento convocatório;
 - 3.7.2.** Em regime de falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretada, ou em processo de recuperação extrajudicial;
 - 3.7.3.** Em dissolução ou em liquidação;
 - 3.7.4.** Em consórcio ou que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
 - 3.7.5.** Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública, seja na esfera federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93;
 - 3.7.6.** Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/02;
 - 3.7.7.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
 - 3.7.8.** Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - 3.7.9.** Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
 - 3.7.10.** Quaisquer interessados que se enquadre nas vedações previstas no artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.
- 3.8.** As empresas interessadas deverão ter pleno conhecimento dos termos constantes no presente Edital e Anexos, aceitando integral e, incondicionalmente, as cláusulas e condições avençadas e das normas que o integram, bem como, no enquadramento dessas condicionantes do objeto social. Deverão ser verificadas as características e quantidades a serem dispostas, a região onde os trabalhos serão desenvolvidos e o sistema viário local, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo da correta formulação das Propostas.
- 3.9.** A participação nesta Licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.
- 3.10.** O descumprimento de qualquer condição de participação acarretará na inabilitação do licitante.

4. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

- 4.1.** O órgão gerenciador será a Prefeitura Municipal de Sangão, através do setor responsável da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, a qual será responsável pela regulamentação e desta aquisição e executora do Pregão Presencial para o Registro de Preços.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 042, de 2017.
- 5.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador.
- 5.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 5.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quádruplo dos quantitativos de cada item



registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

- 5.5. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.
- 5.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.
 - 5.6.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

6. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

- 6.1. Antes do início da sessão, os representantes das interessadas em participar do certame, com poderes gerais de representação, deverão se apresentar para credenciamento junto ao(a) Pregoeiro(a), devidamente munidos de documentos que os habilitem a participar desta licitação, inclusive com poderes para formulação de ofertas e lances verbais, se for o caso.
 - 6.1.1. Em razão da PANDEMIA decorrente do COVID-19, os representantes devem necessariamente estarem equipados com máscara facial, sob pena de não poderem ter acesso a sala de licitações;
 - 6.1.2. Os representantes que, eventualmente, tiverem a manifestação de quaisquer dos sintomas do COVID-19 se furtem de se fazerem presentes na sessão pública e substabeleçam seus poderes a outra pessoa ou, caso já estejam comuniquem ao senhor pregoeiro para que sejam tomadas as medidas de saúde pública pertinentes.
- 6.2. Cada licitante credenciará apenas um representante, não sendo admitida em razão da COVID-19, a presença mais de uma pessoa por empresa na sala de licitações, sendo o credenciado o único admitido a intervir no procedimento licitatório e a responder, para todos os atos e efeitos previstos neste Edital, por sua representada.
- 6.3. Para comprovar a condição de representante da licitante, o credenciado deverá apresentar:
 - 6.3.1. Se representada pelo **DIRIGENTE/PROPRIETÁRIO/SÓCIO;**
 - 6.3.1.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.1.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
 - 6.3.1.3. Documento de identidade de fé pública.
 - 6.3.2. Se representada por **PROCURADOR;**
 - 6.3.2.1. Cartão do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (Atualizado);
 - 6.3.2.2. Cópia autenticada do contrato social, estatuto ou ata de eleição do dirigente da licitante e em caso de dirigente eleito em ato apartado, deverá ser apresentada cópia da ata de reunião ou assembleia em que se deu a eleição (comprovando que tem poderes para tomar e assinar decisões pela empresa);
 - 6.3.2.3. Procuração pública ou particular, com poderes específicos para representar a empresa na licitação em todas as suas fases e todos os demais atos, em nome da licitante;
 - 6.3.2.4. Documento de identidade de fé pública.
- 6.4. O credenciamento deverá ser entregue e comprovado ao Pregoeiro na sessão de abertura, por meio de documentos, separadamente dos envelopes “Proposta de Preços” e “Documento de Habilitação”.
- 6.5. Estes documentos (originais ou cópias) deverão ser apresentados antes do início da sessão do Pregão. No caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião, ou pelo Pregoeiro, à vista do original.
- 6.6. A não apresentação ou incorreção insanável de quaisquer documentos para tanto exigidos impossibilitará o



credenciamento e, de consequência, impedirá a prática de qualquer ato inerente ao certame pela pessoa que não o obteve, sem prejuízo da proposta apresentada por escrito.

- 6.7. O representante poderá ser substituído por outro devidamente credenciado, desde que previamente autorizado pelo Pregoeiro, cuja negativa deverá ser devidamente fundamentada.
- 6.8. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma empresa nesta licitação, sob pena de exclusão sumária de ambas as licitantes representadas.
- 6.9. A comprovação de que o interessado não possui poderes específicos para representar a licitante no certame, implicará na impossibilidade de participar da fase competitiva, consubstanciada nos lances verbais, lavrando-se em ata o ocorrido e, permanecendo tão-somente no certame a sua proposta escrita.
- 6.10. A fase de credenciamento será encerrada, pelo pregoeiro, quando do início da abertura dos envelopes de propostas.

7. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE CONTENDO A PROPOSTA DE PREÇO (ENVELOPE 01) E OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE 02) E DECLARAÇÕES (ENVELOPE 03)

- 7.1. Os envelopes de **PROPOSTA DE PREÇO**, **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** e **DECLARAÇÕES** (se for o caso), deverão estar devidamente lacrados e rubricados e seu fecho, identificados em sua parte externa os seguintes dizeres:

AO MUNICÍPIO DE SANGÃO
ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2022
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE SANGÃO
ENVELOPE 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

AO MUNICÍPIO DE SANGÃO
ENVELOPE 03 – DECLARAÇÕES MUNICÍPIO DE SANGÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2022
RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE:
CNPJ:
FONE / FAX:
E-MAIL:

- 7.2. **Não serão aceitas propostas de preços, documentos de habilitação e declarações remetidos via fac-símile (fax), e-mail ou via postal (correios).**
- 7.3. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 8.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, na data, horário e local indicado no item próprio deste Edital, quando o licitante, ou o seu representante, após a fase de credenciamento, deverá apresentar ao Pregoeiro os seguintes documentos:
 - 8.1.1. Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, separadamente dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, conforme formulário modelo constante no **Anexo II** do presente edital;



- 8.1.1.1.** A não entrega da declaração de que trata o **item 8.1.1** deste edital ou a entrega da declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo II**, obstará o acesso ao certame, impossibilitando a abertura dos envelopes.
- 8.1.1.2.** A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital.
- 8.1.2.** Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparada, quando for o caso, dar-se-á conforme formulário modelo constante no **Anexo III** do presente edital, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores e alterações posteriores;
- 8.1.2.1.** Para o devido enquadramento como microempresa, ou empresa de pequeno ou equiparado, para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o pregoeiro analisará o disposto neste instrumento convocatório e legislação pertinente, em especial:
- 8.1.2.1.1.** O enquadramento do licitante interessado dentro dos limites dispostos no artigo 3º, em especial as vedações fixadas no § 4º, todos da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores;
- 8.1.2.1.2.** Deixar de entregar declaração de que trata o **item 8.1.2** deste edital ou entregar a declaração com conteúdo diverso do apresentado no formulário modelo constante no **Anexo III**; e
- 8.1.2.1.3.** Deixar cumprir de cumprir o disposto no art. 12, do Decreto Municipal nº 063/2022.
- 8.1.2.2.** A declaração falsa relativa ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada sujeitará o licitante às sanções previstas neste edital e legislação pertinente.
- 8.2.** Caso a licitante não enviar representante, à entrega da(s) declaração(ões) constante(s) do(s) item(ns) **8.1.1 e 8.1.2**, se dará pela entregada do envelope nº **03 – DECLARAÇÃO(ÕES)**.
- 8.2.1.** Ficará dispensado de entregar a declaração de que trata o **item 8.1.2** a empresa que não se enquadra microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada.
- 8.3.** Aberta a sessão, conferidas as declarações de que tratam o(s) item(ns) **8.1.1 e 8.1.2**, efetuado o credenciamento dos representantes das licitantes, na presença do(s) licitante(s), ou seu(s) representante(s), o Pregoeiro examinará os envelopes de "**PROPOSTA DE PREÇOS**", "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" e "**DECLARAÇÕES**", que serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos proponentes ou seus representantes, bem como as declarações complementares, e procederá à abertura da licitação.
- 8.3.1.** Como condição prévia ao exame da proposta de preço do licitante, a Comissão verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.3.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis?ordenarPor=nome&direcao=asc>);
- 8.3.1.2.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- 8.3.1.3.** Cadastro de Sistema Inabilitados e Inidôneos mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:INIDONEOS>).
- 8.3.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 8.3.2.1.** Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas



apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9. DA PROPOSTA DE PREÇOS – Envelope nº 01

9.1. A proposta de preços deverá ser apresentada com base nas especificações do **Anexo I – Termo de Referência**, deste edital, devendo obrigatoriamente, serem datilografadas ou impressas por qualquer processo eletrônico, em idioma nacional, em uma via, contendo a razão social completa e CNPJ da licitante, endereço completo, telefone, e endereço eletrônico (e-mail), se houver, sem cotações alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, com numeração e rubrica em suas folhas, devendo a última folha conter a data e assinatura, devidamente identificada, por quem tenha poderes para essa finalidade, contendo:

9.1.1. A especificação para o item que o licitante vier a participar, a descrição do (s) objeto (s) ofertado (s), em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do objeto cotado (se for o caso), o preço unitário por item e total, em moeda corrente nacional, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

9.1.2. O **prazo de validade** da proposta não inferior a 60 dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste Pregão;

9.1.2.1. Nome do titular ou do representante legalmente constituído com a respectiva assinatura, nº CPF, nº do RG, função e/ou cargo, tudo de modo legível;

9.1.2.2. Local e data;

9.1.2.3. Dados bancários, da empresa proponente:

9.1.2.3.1. Nome e número do banco;

9.1.2.3.2. Numero da agência bancária;

9.1.2.3.3. Número da conta corrente.

9.1.3. Apresentar anexo a proposta impressa, CD ou PENDRIVE, extraído do Sistema Betha Compras/pregão do Município de SANGÃO/SC, conforme arquivo fornecido pelo setor de Licitações do Município de SANGÃO/SC.

9.2. Ocorrendo discrepância entre os valores unitários e os respectivos totais, prevalecerá valor unitário, para efeito de cálculo do valor total.

9.3. **Nos preços propostos devem estar inclusos todos os custos relacionados para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constantes da proposta, não sendo aceito proposta com valores acima do valor máximo estipulado pela administração municipal conforme previsto neste edital e seus anexos.**

9.4. Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da(s) licitante(s), não lhe(s) assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.5. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante da empresa devidamente identificado.

9.6. Na hipótese prevista no subitem 9.5, estando presente o representante legal na sala onde estão sendo abertos os envelopes e, desde que devidamente comprovada a sua representatividade por intermédio de procuração com poderes específicos inerentes ao presente pregão, à falta da assinatura poderá ser sanada no ato da constatação de tal fato.

9.7. A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.

9.8. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.



9.9. É facultado a indicação, na proposta, do banco, agência e número da conta corrente, para efeito de pagamento, podendo ser apresentados até a data de assinatura do termo de contrato ou aceite ou instrumento equivalente.

10. DA CLASSIFICAÇÃO, DOS LANCES E DA FORMA DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

10.2. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

10.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

10.4. O Pregoeiro, fazendo uso do sistema informatizado, classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço, para participação na fase de lances.

10.4.1. Quando não forem verificadas, no mínimo, três propostas escritas de preços nas condições definidas no subitem anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas subsequentes, até o máximo de três, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

10.5. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “menor preço por Item”.

11. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

11.1. Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério estipulado no preâmbulo deste edital, observados os prazos máximos para o fornecimento do bem, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

11.2. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o Pregoeiro dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

11.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo menor valor por item.

11.3. O Pregoeiro convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

11.4. A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

11.5. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo Pregoeiro, as licitantes deixarem de apresentar novos lances.

11.5.1. **Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.**

11.6. Encerrada a etapa de lances, na hipótese de participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional, o Sr. Pregoeiro através do sistema informatizado aplicará, respeitado os critérios constantes neste edital e legislação pertinente, a prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte ou equiparadas sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento).

11.6.1. **Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA serem ofertados mais lances, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante.**

11.7. Encerrada a etapa de lances, na hipótese da não participação de licitante microempresa, ou empresa de pequeno porte ou equiparada sediadas em âmbito local ou regional dentro dos critérios constantes neste edital e legislação pertinente, será observado o disposto nos artigos 44 e 45, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 e



alterações posteriores.

11.7.1. O Pregoeiro identificará os preços ofertados pelas ME/EPP e EQUIPARADA participantes que sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço, desde que a primeira colocada não seja uma ME/EPP/EQUIPARADA.

11.7.1.1. Para efeitos da aplicação da regra disposta no item anterior, entende-se como encerramento da FASE DE LANCES o momento em que restar apenas uma licitante competindo, não podendo, sob pena, de restar afrontada a regra de preferência as ME/EPP/EQUIPARADA, posto que, a disputa de lances é clara, uma vez que essa disputa só existe quando houver mais de um participante;

11.7.2. As propostas ou lances que se enquadrarem nessa condição serão consideradas empatadas com a primeira colocada e o licitante ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificado terá o direito de apresentar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, no prazo máximo de 5 (cinco) minutos.

11.7.3. Caso a ME/EPP/EQUIPARADA melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/EQUIPARADA participantes que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, segundo o estabelecido no subitem anterior.

11.7.4. Caso sejam identificadas propostas de licitantes ME/EPP/EQUIPARADA empatadas, no referido intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio para definir qual das licitantes primeiro poderá apresentar nova oferta, conforme subitem acima.

11.7.5. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/EQUIPARADA assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/EQUIPARADA, ou ainda não existindo ME/EPP/EQUIPARADA participante, prevalecerá a classificação inicial.

11.7.6. Somente após o procedimento de desempate fictício, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar.

11.8. Havendo eventual empate entre propostas, ou entre propostas e lances, o critério de desempate será aquele previsto no artigo 3º, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

11.8.1. Produzidos no País;

11.8.2. Produzidos ou prestados por empresas brasileiras;

11.8.3. Produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

11.9. Persistindo o empate, o critério de desempate será o sorteio.

11.10. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital. Será considerada primeira classificada, a proposta que, obedecendo às condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o “menor preço por item”.

12. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

12.1. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará de julgamento da proposta.

12.2. Como condição prévia ao julgamento da proposta, caso o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar tenha usufruído do tratamento favorecido e diferenciado previstos na Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, o Pregoeiro poderá consultar prover diligências para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ele recebidas, no exercício anterior, extrapola o limite de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), previsto no artigo 3º, inciso II, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, ou o limite proporcional de que trata o artigo 3º, § 2º, do mesmo diploma, em caso de início de atividade no exercício considerado.

12.2.1. Para a microempresa ou empresa de pequeno porte ou equiparada, a consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias por ela recebidas, até



o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o artigo 3º, §§ 9º-A e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores.

12.2.2. Constatada a ocorrência de qualquer das situações de extrapolamento do limite legal, o Pregoeiro indeferirá a aplicação do tratamento diferenciado em favor do licitante, conforme artigo 3º, §§ 9º, 9º-A, 10 e 12, da Lei Complementar Federal nº 123/06 e alterações posteriores, com a consequente recusa da aplicação do **item 11.6 do edital, lance de desempate ou qualquer outro item exclusivo**, sem prejuízo das penalidades incidentes;

12.3. Não ocorrendo situação de recusa com base na hipótese acima, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado para a contratação e sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

12.4. O Pregoeiro poderá solicitar ao licitante que apresente imediatamente documento contendo as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, sob pena de não aceitação da proposta.

12.5. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos no subitem anterior, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, dentro de 02 (dois) dias úteis contados da solicitação, junto ao Setor de Licitações e Contratos desta municipalidade, localizado no endereço constante no preâmbulo deste edital, no horário de funcionamento desta repartição pública, sob pena de não aceitação da proposta.

12.5.1. No caso de não haver entrega da amostra, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

12.5.2. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise.

12.5.3. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

12.5.4. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios:

12.5.4.1. Que atenda a todas as nas especificações constantes do Anexo I deste Edital.

12.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.7. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

12.7.1. Nessa situação, o Pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

12.8. No julgamento das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

12.9. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o licitante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada neste Edital.

13. DA HABILITAÇÃO – Envelope nº. 02

13.1. Encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, o pregoeiro procederá a análise dos requisitos de habilitação do(s) licitante(s), que apresentou(aram) a menor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas neste edital.

13.2. Para efeitos de habilitação no presente certame o(s) licitante(s), deverão apresentar a documentação a seguir descrita, em original, fotocópia autenticada por Tabelião, por servidor designado pela Administração Municipal, ou ainda por publicação em Órgão da Imprensa Oficial (perfeitamente legíveis), todos da sede (matriz) da proponente, em única via:

13.2.1. Declaração Unificada conforme modelo. (ANEXO IV).



13.2.2. Para fins da obtenção do tratamento diferenciado as microempresas e empresas de pequeno porte, apresentar **Certidão Simplificada da Junta Comercial** ou comprovação do enquadramento emitida pela Secretaria da Receita Federal e declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º.

13.2.3. Relativos à habilitação jurídica:

13.2.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.2.3.1.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

13.2.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.2.3.3.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.2.3.4.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

13.2.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.2.3.6.1. Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

13.2.3.7. No caso de Sociedade estrangeira: decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País.

13.2.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

13.2.4.1. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ** (Atualizado);

13.2.4.2. Prova de regularidade perante a **Seguridade Social – INSS, Fazenda Federal e Dívida Ativa da União**, mediante certidão emitida expedida pela **RFB – Receita Federal do Brasil** do Estado onde for sediada a empresa;

13.2.4.3. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** mediante certidão emitida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente na forma da Lei;

13.2.4.4. Prova de Regularidade com a **Fazenda Municipal** mediante certidão emitida pela Fazenda do Município, do domicílio ou sede da empresa;

13.2.4.5. Prova de regularidade relativa ao **FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço**, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.2.4.6. Comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

13.2.5. Relativos à qualificação técnica:



13.2.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, certificando que a empresa tenha fornecido materiais pertinentes e compatíveis com o objeto deste certame. O atestado deverá conter a identificação do signatário preferencialmente em papel timbrado do declarante, com firma reconhecida, ficando reservado à Comissão Permanente de Licitação o direito de solicitar cópias dos contratos ou nota fiscal a que se referem tais documento;

13.2.5.1.1. Não serão aceitos atestados emitidos por empresa do mesmo grupo empresarial da licitante.

13.2.5.1.2. Em caso de dúvidas sobre a veracidade das informações apresentadas no documento supra o Sr. Pregoeiro, poderá promover diligências com o fito de esclarecer ou a complementar a instrução do processo, na forma do §3º, do art. 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

13.2.6. Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

13.2.6.1. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, passada pelo Distribuidor Judicial da sede da proponente.

13.2.6.1.1. Em se tratando de Certidão Negativa de Falência ou Concordata passada pelo poder judiciário do Estado de Santa Catarina, através do sistema ESAJ, a mesma deverá vir acompanhada de documento de igual teor emitido pelo sistema EPROC no link: <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>.

13.2.6.1.2. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei Federal nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.3. Os documentos exigidos no presente certame deverão apresentar prazo de validade até a data limite fixada para a abertura da sessão. Não constando à vigência, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

13.4. Somente serão aceitos documentos originais, cópias autenticadas ou publicações legíveis, que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro.

13.5. Somente será(ão) autenticado(s) documento(s) mediante a apresentação de seu(s) original(is).

13.6. Será(ão) aceito(s) comprovante(s) de regularidade fiscal obtido(s) na rede Internet, condicionado que o(s) mesmo(s) tenha(m) sua autenticidade confirmada na fase de habilitação.

13.7. Sob pena de inabilitação, os documentos a que se refere o **item 13** e subitens deste edital deverão constar o nome/razão social da licitante, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que:

13.7.1. Se a licitante for matriz, os documentos deverão estar em nome da matriz;

13.7.2. Se a licitante for a filial, os documentos deverão estar em nome da filial, salvo situação expressa no documento: válidos para matriz e filiais.

13.8. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, entretanto, ficam obrigadas a apresentar toda documentação exigida no edital, inclusive, as pertinentes à comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13.8.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.8.2. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.



13.9. Caso a licitante já tenha apresentado algum dos documentos exigidos, em conformidade, no ato do credenciamento, não se faz necessário a sua apresentação no envelope “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”.

14. DA ABERTURA DO ENVELOPE Nº 2 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

14.1. Sendo considerada aceitável a proposta de preços da licitante que apresentou menor preço, o pregoeiro procederá à abertura do envelope nº 2 – Documentos de Habilitação da autora da proposta de menor preço, realizando a verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas neste Edital;

14.2. Constatada a conformidade da documentação com as exigências contidas no Edital, a licitante será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto;

14.3. Em caso da licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro a inabilitará e examinará as ofertas subsequentes e a qualificação das licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, sujeitando a empresa inabilitada às penalidades previstas.

14.4. O envelope de documentação deste Pregão que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da homologação da licitação, após o que ficará à disposição da licitante para retirada até o prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.4.1. Os envelopes com os documentos de habilitação das empresas que forem excluídas da fase competitiva do certame, conforme o item 10.4 deste Edital será(ão) devolvido(s) imediatamente à interessada.

15. DA ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

15.1. Da sessão pública do pregão será lavrada ata circunstanciada, contendo as informações da realização da sessão pública.

15.2. A ata circunstanciada deverá ser assinada pelo pregoeiro e pelo(s) representante(s) da(s) licitante(s) presente(s), devidamente credenciado(s) ou pelos demais não credenciados que o desejarem.

16. DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO

16.1. As atribuições do/a pregoeiro/a são aquelas fixadas na legislação vigente.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Decorrido o prazo legal sem a interposição de recursos, ou apreciados e decididos os que eventualmente forem formulados, o relatório de julgamento será encaminhado à apreciação da autoridade competente para proceder à homologação o procedimento licitatório, podendo a autoridade competente converter o julgamento em diligência, para que a Comissão supra omissões ou esclareça aspectos do resultado apresentado.

17.3. Mediante despacho fundamentado, poderá a autoridade competente:

17.3.1. Revogar a licitação, para atender razões de interesse público ou conveniência administrativa, decorrente de fato superveniente, devendo anulá-la se verificar irregularidade insanável ou ilegalidade em seu processamento, assegurados o contraditório e ampla defesa;

17.3.2. Cancelar a adjudicação, se tiver conhecimento de fato, anterior ou posterior à abertura da licitação, que demonstre má-fé, ou comprometa a capacidade ou idoneidade administrativa, técnica ou financeira do licitante declarado vencedor, disso não resultando para o mesmo, direito a qualquer ressarcimento ou indenização, ressalvado o direito a ampla defesa.

17.4. Em qualquer das hipóteses dos subitens anteriores, serão assegurados o contraditório e ampla defesa;

17.5. Adjudicado e homologado o objeto ao licitante vendedor, e, depois de transcorrido todos os prazos recursais.

17.6. O despacho de homologação e a decisão a que se refere o subitem 17.1 serão publicados na imprensa oficial do Município ou afixados no mural público desta municipalidade.

18. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

18.1. Homologado o resultado da licitação, será formalizada ata de registro de preços, que obedecerá integralmente os termos do Anexo V, tendo o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua



convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.1. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

18.2.2. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

18.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços tem início na sua assinatura e terá validade de 12 (doze) meses, vedada a sua prorrogação.

18.4. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei Federal nº 8.666/93.

19. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

19.1. Dentro da validade e assinada a Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o **Termo de Contrato (Anexo VI)** ou aceitar/retirar o instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), que terá o prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contados da data da convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente.

19.2. O prazo de vigência do contrato tem início na sua assinatura e término em 31/12/2022 ou 31/12/2023, dependendo do exercício financeiro no qual vir a ser assinado, podendo ser prorrogado na forma do art. 57, da Lei Federal 8.666/93.

19.3. Previamente à contratação, será realizada consultas, pela contratante, para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

19.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite/retirada do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado/retirado no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de seu recebimento.

19.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela Administração.

19.5.1. Na hipótese de quaisquer irregularidades no cadastro municipal, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

19.6. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

20. DO PREÇO

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

20.2. As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e no Decreto Municipal nº 042, de 28 de junho de 2017.

21. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.



22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

22.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DO PAGAMENTO

23.1. O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias após a entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

23.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

23.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

23.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

23.5. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

23.6. Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

23.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

23.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

23.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

23.10. Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.

23.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

23.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

24. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

24.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:

24.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

24.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

24.1.3. Apresentar documentação falsa;

24.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

24.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

24.1.6. Não manter a proposta;



24.1.7. Cometer fraude fiscal;

24.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

24.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

24.3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

24.3.1. Advertência.

24.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:

24.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;

24.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **24.3.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência;

24.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

24.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.

24.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;

24.3.4. Declaração de inidoneidade.

24.4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

24.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.

24.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.7. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Qualquer empresa ou cidadão poderá, desde que, respeitados os prazos fixados nos §§ 1º e 2º do art. 41 da Lei Federal nº 8.666/93, solicitar esclarecimentos ou impugnar o edital do pregão, devendo a Administração julgar e responder o(s) pedido(s) de esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões) em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei Federal nº 8.666/93.

25.2. A impugnação e a solicitação de esclarecimento feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.

25.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, desde que, a decisão altere as condições de apresentação de propostas, e, ou passe a exigir documento de habilitação na exigido inicialmente.



- 25.4. Qualquer cidadão poderá, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública, solicitar esclarecimentos ou providências referentes ao presente edital do pregão.
- 25.5. São requisitos para o conhecimento das impugnações e pedidos de esclarecimentos:
- 25.5.1. Serem protocolizados dentro do prazo legal;
 - 25.5.2. Serem subscritos por representante habilitado legalmente ou identificado no processo para responder pela licitante;
 - 25.5.3. Serem apresentados e via original;
 - 25.5.4. Apresentar fundamentação plausível; e
 - 25.5.5. Serem subscritos por pessoa física detentora de direitos civis, políticos e sociais, nos casos de pedidos de impugnações e esclarecimentos feitos por pessoa física.
- 25.6. Ao final da sessão, a licitante que desejar recorrer contra decisões do pregoeiro deverá manifestar imediata e motivadamente tal intenção, com o devido registro em ata, sendo-lhe concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhe assegurada vista dos autos.
- 25.6.1. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.
 - 25.6.2. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;
 - 25.6.3. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.
- 25.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente no protocolo desta municipalidade, no endereço indicado no Edital.
- 25.7.1. Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.8. Não serão conhecidas as impugnações, os recursos apresentados e os pedidos de esclarecimentos fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela licitante.
- 25.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 25.10. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.
- 25.11. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 25.12. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.
- 25.13. As impugnações, recursos, contra razões e pedidos de esclarecimentos deverão ser remetidos **única e exclusivamente** por meio do e-mail licitacao@sangao.sc.gov.br, mediante a identificação do certame (número do edital de interesse) no campo assunto do e-mail, e ainda, respeitando o máximo de clareza e objetividade no encaminhamento.
- 25.13.1. **O Departamento de Licitações não prestará quaisquer esclarecimentos de maneira presencial, de modo a preservarmos o tratamento isonômico e transparente a todos os licitantes.**
 - 25.13.2. **Não serão prestados esclarecimentos por meio telefônico e/ou por outro meio, que não seja o contido nos moldes deste ato convocatório.**
 - 25.13.3. As respostas e decisões recursais proferidas serão comunicadas **exclusivamente por escrito** via e-mail ou por meio eletrônico na página <https://www.sangao.sc.gov.br/licitacoes/index/index/codMapaItem/53055> e/ou <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>.

26. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 26.1.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 26.2.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 26.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 26.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 26.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 26.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 26.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 26.8.** O presente Edital e seus Anexos poderão ser alterados, pela Administração licitante, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das Propostas e Documentos de Habilitação.
- 26.9.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 26.10.** Cópia do edital, informações e/ou quaisquer esclarecimentos acerca do Pregão Presencial poderão ser solicitados ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Sangão/SC, de Segunda a Sexta - feira das **07h30min às 12h00 e da 13h00 as 17h00**, em dias úteis, pelo e-mail: licitacao@sangao.sc.gov.br, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.
- 26.11.** Cópia deste Edital e seus Anexos poderá ser obtida pelos interessados, através do Departamento de Compras e Licitações do Município de Sangão/SC, pelo endereço eletrônico licitacao@sangao.sc.gov.br e horários mencionados no subitem anterior.
- 26.12.** A Administração não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste Pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.
- 26.13.** A participação na presente licitação implica na aceitação plena das condições expressas neste edital e em seus anexos.
- 26.14.** Fica eleito o foro da Comarca de Jaguaruna/SC, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.
- 26.15.** Fazem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:
- Anexo I – Termo de Referência;
 - Anexo II – Atendimento as condições de habilitação estabelecidas neste Edital;
 - Anexo III – Modelo de Declaração de Enquadramento com o art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º;
 - Anexo IV – Declaração UNIFICADA;
 - Anexo V – Ata de Registro de Preços Locais de entrega;
 - Anexo VI – Minuta contratual.



SANGÃO/SC, 08 de setembro de 2022

Castilho Silvano Vieira
Prefeito



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais elétricos, para serem fornecidos de forma parcelada, obedecidos as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos, obedecendo integralmente às descrições e quantitativos constantes na tabela a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	V. UNIT. MAX.	V. TOTAL. MAX.
1	BASE RELE FOTOELÉTRICO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MATERIAL: PVC, FUNÇÃO SENSÍVEL AUTOMÁTICA, ALTA QUALIDADE, FÁCIL DE INSTALAR, CONECTOR PADRÃO ABNT NBR-5123, FÁCIL INSTALAÇÃO EM POSTES E PAREDES, PERMITE GIRO DE 360°, PARA UTILIZAÇÃO COM RELÉS FOTOELÉTRICOS OU FOTOELETRÔNICOS DE CONECTOR, DIMENSÕES (A X L X P) : 10X6X10CM.	UN	20	R\$ 10,95	R\$ 219,00
2	BOIA ELÉTRICA 15 A. - IDEAL PARA ACIONAR OU DESLIGAR BOMBAS D'ÁGUA E OUTROS EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE ACORDO COM O NÍVEL DA ÁGUA NO RESERVATÓRIO. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CAPACIDADE ELÉTRICA: 15A OU 1CV EM 220V, 15A OU 3/4CV EM 127V; CONTATO REVERSÍVEL: PERMITE O CONTROLE DE NÍVEL INFERIOR OU SUPERIOR; TENSÃO DE FUNCIONAMENTO: BIVOLT (127V OU 220V); COMPRIMENTO DO CABO 1,2M. ESQUEMA DE LIGAÇÃO: CONTROLE DE NÍVEL SUPERIOR: UTILIZAR OS FIOS PRETO E AZUL, ISOLAR O FIO MARROM. CONTROLE DE NÍVEL INFERIOR: UTILIZAR OS FIOS MARROM E PRETO, ISOLAR O FIO AZUL. NO CASO DE MOTORES COM CAPACIDADE ACIMA DE 1CV EM 220V OU 3/4CV EM 127V OU TRIFÁSICO, E NECESSÁRIO O USO DE UM CONTADOR. ATÓXICA, NÃO CONTÉM MERCÚRIO.	UN	80	R\$ 35,66	R\$ 2.852,80
3	BOIA ELÉTRICA 25 A. - IDEAL PARA O CONTROLE AUTOMÁTICO DO NÍVEL DE LÍQUIDOS ATRAVÉS DO COMANDO DE BOMBAS E SISTEMAS DE ALARMES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONTROLE POR PRINCÍPIO ELETROMECÂNICO. CONTATO REVERSÍVEL: PERMITE O CONTROLE DE NÍVEL INFERIOR OU SUPERIOR. CAPACIDADE ELÉTRICA: 25A COM CARGA RESISTIVA EM 250V~. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO: 0°C A 60°C. ISENTA DE MERCÚRIO, CONTROLE POR PRINCÍPIO ELETROMECÂNICO. FÁCIL INSTALAÇÃO, GRAU DE PROTEÇÃO: IP X8. PROTEÇÃO CONTRACHOQUES ELÉTRICOS: CLASSE II. TIPO DE INTERRUPTÃO: MICRO-DESCONEXÃO, MATERIAL DA BÓIA: POLIPROPILENO PP.	UN	20	R\$ 40,00	R\$ 800,00
4	CABO DE REDE CAT 5. - ESSE CABO É IDEAL PARA SISTEMAS CFTV ANALÓGICOS, AHD, HDCVI, HDTV, COM 8 VIAS OFERECE UMA	MT	1.600	R\$ 3,37	R\$ 5.392,00



	ÓTIMA CONEXÃO. DESCRIÇÃO: CONDUTOR DE COBRE NU - DIÂMETRO DE 0,48MM. ISOLAMENTO: POLIPROPILENO DIÂMETRO - 0,95 + 0,05MM, 8 VIAS TRANÇADOS.CAIXA COM 305 METROS, COR: AZUL. O CABO CAT5 (ACRÔNIMO DE CATEGORY 5, OU CATEGORIA 5) É FORMADO POR QUATRO PARES DE CABOS DE COBRE TRANÇADOS E REVESTIDOS POR UMA CAPA DE PLÁSTICO. ELE TEM UMA LARGURA DE BANDA DE ATÉ 10 MB/S A UMA DISTÂNCIA DE 100 METROS, FREQUÊNCIA DE 100 MHZ E É MUITO SUSCETÍVEL A INTERFERÊNCIAS, O QUE ACABA PREJUDICANDO O SEU DESEMPENHO.				
5	CABO MULTIPLEX 10 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CABOS DE ALUMINIO SÃO USADOS PARA PUXAR ENERGIA A GRANDES DISTANCIAS, LEVAR ENERGIA DA REDE PUBLICA ATÉ AS CASAS, COMERCIOS OU INDUSTRIAS. TENSÃO DOS CABOS DE ALUMINIO - TODOS SUPORTAM ATÉ 1KV 1000 VOLTS CAPACIDADE DE CORRENTE ELÉTRICA POR VIA EM AMPERES - 1 VIA ENCAPADA 10MM ² - 74 AMPERES . MONOFÁSICO 1X10+10 NEUTRO ISOLADO	MT	2.500	R\$ 4,80	R\$ 12.000,00
6	CABO PP 2 X1,50 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 1,5 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS.	RL	15	R\$ 446,33	R\$ 6.694,95
7	CABO PP 2X2,5 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 2,5 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS, INDICADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, FONTES DE ALIMENTAÇÃO E EXTENSÕES. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO PRODUTO: MODELO: PP, NORMA: NBR7289, TENSÃO DE ISOLAMENTO: 500 V, TAMANHO: 100 METROS, VIAS: 3, BITOLA:2,5 MM.	RL	25	R\$ 696,00	R\$ 17.400,00
8	CABO PP 2X6,00 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 6,0 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS.	RL	10	R\$ 1.313,33	R\$ 13.133,30
9	CABO PP 3 X1,50 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 1,5 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS.	RL	20	R\$ 652,00	R\$ 13.040,00
10	CABO PP 3 X2,50 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 2,5 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS.	RL	25	R\$ 915,00	R\$ 22.875,00
11	CABO PP 3 X4 MM - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FIO CABO FLEXÍVEL 4,0 MM PRETO - ROLO DE 100 METROS.	RL	10	R\$ 1.266,67	R\$ 12.666,70
12	CABO PP 4 X 10MM - DESCRIÇÃO GERAL: MATERIAL: CONDUTOR: FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 4 ATÉ A SEÇÃO NOMINAL DE 6MM ² E CLASSE 5 A PARTIR DA SEÇÃO 10MM ² (EXTRAFLEXÍVEL) ATENDENDO A NORMA ABNT NM 280, ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOFIXO ATENDENDO A NORMA NBR 6251 PARA O TIPO HEPR (EPR/B), COBERTURA: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO ATENDENDO A NORMA NBR 6251 PARA O TIPO PVC/ST2, NORMA DE REFERÊNCIA: NBR 7286 - CABOS DE POTÊNCIA COM ISOLAÇÃO EXTRUDADA DE BORRACHA ETILENOPROPILENO (EPR) PARA TENSÕES DE 1 KV A 35 KV - REQUISITOS DE DESEMPENHO, NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 E NBR 6251, SEÇÃO NOMINAL: 4X10MM ² , DIÂMETRO NOMINAL DO CONDUTOR: 3,9MM, ESPESSURA	MT	500	R\$ 43,83	R\$ 21.915,00



	NOMINAL DE ISOLAÇÃO: 0,7MM, ESPESSURA NOMINAL DA CAPA: 1,2MM, DIÂMETRO NOMINAL EXTERNO: 15,9MM, UNIPOLAR, TENSÃO NOMINAL: 0,6/1KV, TEMPERATURA MÁXIMA: 90°. INFORMAÇÕES ADICIONAIS DO PRODUTO, TENSÃO NOMINAL: 1KV, BITOLA (MM): 10,00, METRAGEM: POR METRO, COR: PRETO				
13	CABO PP 4 X 2,5 MM - DESCRIÇÃO: PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 500 V, FORMADO POR FIOS DE COBRE NU, ELETROLÍTICO, TEMPERA MOLE, ENCORDAMENTO CLASSE 5 (FLEXÍVEL), AS VEIAS SÃO ISOLADAS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC), TIPO PVC/D PARA 70 °C TORCIDAS ENTRE SI, FORMANDO O NÚCLEO, A COBERTURA EXTRUDADA COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) TIPO ST 5. CLASSE ENCORDAMENTO DO CONDUTOR: C5, TENSÃO DE TRABALHO (V): 500V, PARA DADOS DE: SEÇÃO NOMINAL (MM ²), DIÂMETRO DO CONDUTOR, ESPESSURA DE ISOLAÇÃO, ESPESSURA DA COBERTURA, DIÂMETRO EXTERNO E RESISTÊNCIA ELÉTRICA MÁXIMA; CONSULTE TABELA JUNTO ÀS FOTOS DO PRODUTO. NORMAS BÁSICAS APLICÁVEIS: NM-247-53 DA ABNT E NBR NM 280 DA ABNT/MERCOSUL. APLICAÇÃO: SÃO INDICADOS NA ALIMENTAÇÃO DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, MÁQUINAS E FERRAMENTAS ELÉTRICAS PORTÁTEIS, QUE REQUEREM UM CABO DE ALTA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À ABRASÃO.	MT	2.000	R\$ 12,40	R\$ 24.800,00
14	CABO QUADRUPLEX 16MM - CABO DE ALUMÍNIO MULTIPLEXADO, BITOLA: 16,0MM, 4 VIAS (3 FASE E 1 NEUTRO), 7 FILAMENTOS POR VIA (1,22 MM), NEUTRO ISOLADO, TENSÃO: 1KV.	MT	1.000	R\$ 12,91	R\$ 12.910,00
15	CAIXA PARA 4 DISJUNTORES - CARACTERÍSTICAS GERAIS, FORMATO SOBREPOR. QUANTIDADE DE DISJUNTORES 4 DISJUNTORES - DIN. COR BRANCO. GABINETE PLÁSTICO PS. MATERIAL TERMO PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA E AUTO-EXTINGUÍVEL. ABERTURA DA PORTA 180. ENTRADA DE CABOS ENTRADA DE CABOS (ELETRODUTO) NAS 4 FASES. GRAU DE PROTEÇÃO IP40. PROTEÇÃO NÃO PROPAGA CHAMA. COMPRIMENTO 16,9 CM. ALTURA 9,3 CM. LARGURA 16,2 CM. NORMAS ATENDE AS NORMAS ABNT, NBR, EC 60439-1, 60439-3 E 60670-1. GARANTIA 12 MESES.	UN	25	R\$ 38,13	R\$ 953,25
16	CAIXA PARA 6-9 DISJUNTORES - KIT CAIXA 6/9 EMBUTIR FUMÊ + 6 DISJUNTORES MONO + BARRAMENTO TERRA + BARRAMENTO NEUTRO. CAIXA: 6/9 EMBUTIR BRANCO; DISJUNTORES: 6PÇ A ESCOLHER DE 10A ATÉ 40A; BARRAMENTO TERRA (VERDE): 1PÇ; BARRAMENTO NEUTRO (AZUL): 1PEÇA. DIMENSÕES DO ITEM CL 23X 9,3X 20,5 CENTÍMETROS.	UN	15	R\$ 52,50	R\$ 787,50
17	CANAFLEX 1 POLEGADA - DUTO CORRUGADO PRETO COM FIO GUIA ROLO COM 50 METROS - 1" PRODUTO INDICADO PARA OBRA DE INFRA-ESTRUTURA ELÉTRICA DE BAIXA, MÉDIA OU ALTA TENSÃO, SENDO DESTINADO PARA PROTEGER E CONDUZIR CABOS ELÉTRICOS E/OU TELECOMUNICAÇÃO, PODENDO ESTAR EMBUTIDOS, ENTERRADOS OU APARENTES NÃO SUJEITA AS INTERPÉRIES. DUTO CORRUGADO É INDICADO PARA ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA, ILUMINAÇÃO PÚBLICA, TELEFONIA, EMBALAGEM: 1 ROLO COM 50 METROS.	MT	500	R\$ 2,75	R\$ 1.375,00



	DIÂMETRO: 1"				
18	CANALETA ADESIVA SEM DIVISÓRIA - CANALETA PVC S/ DIVISÓRIA 20X10X1000MM FITA DUPLA FACE DESCRIÇÃO DO PRODUTO: A CANALETA 20X10 DE QUALIDADE, SEM DIVISÓRIA COM ADESIVO É IDEAL PARA A PASSAGEM DE FIOS E CABOS DE FORMA DISFARÇADA NO ACABAMENTO DA PAREDE, RODAPÉ OU TETO;	UN	500	R\$ 7,77	R\$ 3.885,00
19	CHAVE MANOPLA 3 POSIÇÕES - CABECOTE COMUTADOR COMANDO TIPO: NAO ILUMINADO FORMATO: MANOPLA POSICOES: 3 POSICOES ACIONAMENTO: IMPULSAO COR: PRETO ESTE CABEÇOTE DE COMUTADOR MANOPLA CURTA TEM 3 POSIÇÕES, OPERA COM MECANISMO FIXO, TEM UMA FORMA REDONDA E POSSUI MOLDURA DE PLÁSTICO.	UN	30	R\$ 20,00	R\$ 600,00
20	CONTATORA 220V - 18A - CONTATOR CHAVE COMUTADORA TRIPOLAR 18A LC1 220V. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: MODELO: 18 A. TENSÃO: 220V, PESO: 370 GR, TAMANHO: 12X13X8,5CM, CONTATOS: 18A + 3P + 1 NA EM 220V.	UN	30	R\$ 149,00	R\$ 4.470,00
21	CONTATORA 220V - 50A - DESCRIÇÃO: MODELO: CIX2-D5011, CORRENTE SUPOSTADA: 50A REGIME CONTINUO, ATENÇÃO " ALIMENTAÇÃO DA BOBINA DO CONTATOR EM 220VCA """, CONTATOS AUXILIARES: 1 CONTATO NORMALMENTE ABERTO + 1 CONTATO NORMALMENTE FECHADO, FREQUÊNCIA: 60HZ.O CONTATOR É UM DISPOSITIVO DE MANOBRA. QUANDO A BOBINA DO ELETROIÁ É COLOCADA SOB TENSÃO, O CONTATOR FECHA E ESTABELECE O CIRCUITO. QUANDO A BOBINA É COLOCADA FORA DE TENSÃO DA ALIMENTAÇÃO, O CIRCUITO MAGNÉTICO SE DESMAGNETIZA E O CONTATOR ABRE SOB O EFEITO DAS MOLAS DE PRESSÃO DOS PÓLOS E DA MOLA. OS CONTADORES SÃO DESTINADOS PRINCIPALMENTE PARA O COMANDO DE MOTORES ELÉTRICOS TRIFÁSICOS OU MONOFÁSICOS EM CORRENTE ALTERNADA (50/60 HZ).	UN	15	R\$ 496,50	R\$ 7.447,50
22	CONTATORA 220V 32A - CONTATOR POTENCIA NUMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE: 32A TENSÃO BOBINA: 220VCA FREQUENCIA: 50/60HZ CONTATOS: 1N	UN	10	R\$ 256,00	R\$ 2.560,00
23	DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A - DISJUNTOR MONOFÁSICO 16 AMPERES MONO DIN CURVA C CARACTERÍSTICAS GERAIS: PADRÃO DIN, CURVA C, CAPACIDADE INTERRUPTIVA: 6KA, NORMA: NBR NM 60898, NÚMERO DE PÓLOS: 1,TENSÃO: 215A, DISJUNTOR PARA TRILHOS DIN. DESCRIÇÃO: DISJUNTOR MONOFÁSICO 16A É UM DISPOSITIVO ELETROMECHANICO DE ALTA QUALIDADE, UTILIZADO EM INSTALAÇÕES QUE POSSUEM APENAS UMA ÚNICA FASE COMO: TOMADAS, ILUMINAÇÃO E ENTRE MUITOS OUTROS;	UN	50	R\$ 11,30	R\$ 565,00
24	DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A - DISJUNTOR MONOFÁSICO 20 AMPERES TERMOMAGNÉTICO MONO JD15863 CARACTERÍSTICAS GERAIS: PADRÃO DIN, CURVA C, CAPACIDADE INTERRUPTIVA: 6KA, NORMA: NBR NM 60898. NÚMERO DE PÓLOS: 1, TENSÃO: 215A, DISJUNTOR PARA TRILHOS DIN. DESCRIÇÃO: DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A É UM DISPOSITIVO ELETROMECHANICO DE ALTA QUALIDADE, UTILIZADO EM INSTALAÇÕES QUE POSSUEM APENAS UMA ÚNICA FASE COMO: TOMADAS, ILUMINAÇÃO E ENTRE MUITOS	UN	75	R\$ 11,30	R\$ 847,50



	OUTROS;				
25	DISJUNTOR MONOFÁSICO 32A - DISJUNTOR MONOFÁSICO 32 AMPERES TERMOMAGNÉTICO MONO C32 CARACTERÍSTICAS GERAIS: PADRÃO DIN, CURVA C, CAPACIDADE INTERRUPTIVA: 6KA, NORMA: NBR NM 60898, NÚMERO DE PÓLOS: 1, TENSÃO: 215A, DISJUNTOR PARA TRILHOS DIN. DESCRIÇÃO: DISJUNTOR MONOFÁSICO 20A É UM DISPOSITIVO ELETROMECÂNICO DE ALTA QUALIDADE, UTILIZADO EM INSTALAÇÕES QUE POSSUEM APENAS UMA ÚNICA FASE COMO: TOMADAS, ILUMINAÇÃO E ENTRE MUITOS OUTROS;	UN	75	R\$ 11,50	R\$ 862,50
26	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40A - DISJUNTOR UNIPOLAR C40 AMPERES CARACTERÍSTICAS GERAIS: CURVA C: INDICADOS PARA TOMADAS EM GERAL, CARGAS COM CORRENTE DE PARTIDA ELEVADA, COMO MOTORES ELÉTRICOS, LÂMPADAS FLUORESCENTES, MÁQUINAS DE LAVAR, GELADEIRAS E SIMILARES. CAPACIDADE DE INTERRUPTÃO: 3000A, TENSÃO NOMINAL: 230/400V~ (UNIPOLARES) E 400V~ (BIPOLARES E TRIPOLARES), NORMA APLICÁVEL: ABNT NBR NM 60898-1	UN	40	R\$ 13,83	R\$ 553,20
27	DISJUNTOR MONOFÁSICO 50A - DISJUNTOR UNIPOLAR C50 AMPERES CARACTERÍSTICAS GERAIS: CURVA C: INDICADOS PARA TOMADAS EM GERAL, CARGAS COM CORRENTE DE PARTIDA ELEVADA, COMO MOTORES ELÉTRICOS, LÂMPADAS FLUORESCENTES, MÁQUINAS DE LAVAR, GELADEIRAS E SIMILARES. CAPACIDADE DE INTERRUPTÃO: 3000A, TENSÃO NOMINAL: 230/400V~ (UNIPOLARES) E 400V~ (BIPOLARES E TRIPOLARES), NORMA APLICÁVEL: ABNT NBR NM 60898-1.	UN	30	R\$ 15,17	R\$ 455,10
28	DISJUNTOR MOTOR 2,5A À 4,0A - DISJUNTOR MOTOR 2,5A À 4,0A DISJUNTOR MOTOR TIPO: TERMOMAGNÉTICO NÚMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE AJUSTE: 1-4A	UN	15	R\$ 80,00	R\$ 1.200,00
29	DISJUNTOR MOTOR 32A À 40A - DISJUNTOR MOTOR TIPO: TERMOMAGNÉTICO NÚMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE AJUSTE: 27-38A	UN	15	R\$ 405,00	R\$ 6.075,00
30	DISJUNTOR MOTOR 4A À 6,3A - DISJUNTOR MOTOR TIPO: TERMOMAGNÉTICO NÚMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE AJUSTE: 4-7A	UN	15	R\$ 218,00	R\$ 3.270,00
31	DISJUNTOR MOTOR 6,3A À 10A - DISJUNTOR MOTOR TIPO: TERMOMAGNÉTICO NÚMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE AJUSTE: 7-10A CORRENTE DISPARO: 130A TENSÃO NOMINAL: 400VCA CAPACIDADE RUPTURA: 100KA TAMANHO: S00 LARGURA 45 MM. CORRENTE NOMINAL MÁXIMA 12 A, COM TENSÕES DE ATÉ 400 VCA, ADEQUADO PARA MOTORES TRIFÁSICOS DE ATÉ 5,5 KW.	UN	15	R\$ 253,00	R\$ 3.795,00
32	DISJUNTOR TRIFÁSICO 25A - DISJUNTOR MINI MONTAGEM: TRILHO (DIN) CONEXÃO: BORNE PARAFUSO TIPO: TERMOMAGNÉTICO NÚMERO POLOS: TRIPOLAR CORRENTE: 25A TENSÃO NOMINAL: 400VCA CURVA: C GRAU PROTEÇÃO: IP20 CAPACIDADE RUPTURA: 3KA DISJUNTOR TERMOMAGNÉTICO EASY9 EZ9F33325, 3 PÓLOS, 25 AMPERES NO MÁXIMO A 400VCA, ASSOCIA AS FUNÇÕES DE PROTEÇÃO CONTRA SOBRECORRENTES (SOBRECARGAS E CURTOS-CIRCUITOS) E SECCIONAMENTO DOS	UN	20	R\$ 51,97	R\$ 1.039,40



	CIRCUITOS ELÉTRICOS EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS RESIDENCIAIS, RESPONDENDO AS NECESSIDADES COM UM PRODUTO ROBUSTO E REALIZANDO INSTALAÇÕES CONFIÁVEIS E SEGURAS E SUPORTE DE MONTAGEM EM TRILHO DIN QUE PERMITE UMA INSTALAÇÃO MAIS RÁPIDA E SEGURA - O PROTEÇÃO CONTRA CHOQUES ELÉTRICOS, SOBRECARGAS, CURTOS-CIRCUITOS E DESCARGAS ATMOSFÉRICAS (RAIOS); O EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS DE SEGURANÇA (INMETRO). O QUADROS ELÉTRICOS ALTAMENTE CONFIÁVEIS E SEGUROS. O DISPOSITIVOS OTIMIZADOS PARA RÁPIDA E FÁCIL INSTALAÇÃO DEVIDO AO SUPORTE MONTAGEM TRILHO DIN.				
33	DISJUNTOR TRIFÁSICO 32A - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TENSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 440VCA/250VCC CORRENTE NOMINAL DE OPERAÇÃO: 32A, CURVA DE DISPARO: CURVA C, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, NÚMERO DE POLOS: 3, GRAU DE PROTEÇÃO: IP20, ESTIMATIVA VIDA ELÉTRICA: 4.000 MANOBRAS, FIXAÇÃO: TRILHO DIN 35MM DIMENSÕES(MM): LARGURA: 54, ALTURA: 79, PROFUNDIDADE: 66	UN	20	R\$ 54,33	R\$ 1.086,60
34	DISJUNTOR TRIFÁSICO 50A - O DISJUNTOR DE CURVA C TEM COMO CARACTERÍSTICA O DISPARO INSTANTÂNEO PARA CORRENTES ENTRE 5 A 10 VEZES A CORRENTE NOMINAL. SENDO ASSIM, SÃO APLICADOS PARA APROTEÇÃO DE CIRCUITOS COM INSTALAÇÃO DE CARGAS INDUTIVAS. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CURVA DE DISPARO: C, CORRENTE NOMINAL: 50A, NÚMERO DE POLOS: 3 POLOS, TENSÃO EMPREGO: 400V, FREQUÊNCIA: 50/60HZ	UN	20	R\$ 58,17	R\$ 1.163,40
35	DISJUNTOR TRIFÁSICO 63A - RECOMENDÁVEL PARA PROTEÇÃO TÉRMICA E MAGNÉTICA DE CIRCUITOS ELÉTRICOS DE CARGAS INDUTIVAS: ASSADOR ELÉTRICO ROTATIVO, BOMBAS CENTRÍFUGAS, MOTORES, ETC. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CORRENTE NOMINAL DE OPERAÇÃO: 63A, TENSÃO MÁXIMA DE OPERAÇÃO: 440V, CAPACIDADE MÁXIMA DE CURTO-CIRCUITO: CURVA DE DISPARO: CURVA C, FREQUÊNCIA: 50/60 HZ, NÚMERO DE POLOS: 3, GRAU DE PROTEÇÃO: IP20, ESTIMATIVA VIDA ELÉTRICA: 4.000 MANOBRAS, FIXAÇÃO: TRILHO DIN 35MM	UN	20	R\$ 70,67	R\$ 1.413,40
36	EXTENSÃO 3 ENTRADAS 10 M - PODEM SER UTILIZADOS EM VÁRIOS TIPOS DE APARELHOS, COMO FURADEIRA, LIXADEIRA, LAVADORA, ASPIRADOR DE PÓ, CORTADOR DE GRAMA, APARADORES, CARREGADORES DE BATERIA, TVS, E VÁRIOS OUTROS TIPOS DE ELETROELETRÔNICOS, 03 TOMADAS, 10 METROS DE CORDÃO PARALELO, CAPACIDADE EM AMPERAGEM 10 AMPERES, POTÊNCIA MAX.: 124V - 1200W, POTENCIA MAX.: 250V - 2200W, 10A - 250V MAX. COR: NÃO SE APLICA	UN	20	R\$ 58,33	R\$ 1.166,60
37	EXTENSÃO 3 ENTRADAS 15M - RÉGUA EXTENSÃO ELÉTRICA 3 TOMADAS 2P+T 10A 15 METROS CABO PP BIVOLT 127V E 250V BRANCO RECOMENDADO PARA APARELHOS QUE EXIGEM MUITA POTÊNCIA COMO FORNO DE MICRO-ONDAS LAVADORAS FORNOS ELÉTRICOS GELADEIRAS E FREEZERS ETC. PERMITE A CONEXÃO DE APARELHOS COM PLUGUE 2P+T (FASE NEUTRO E TERRA) SENDO IDEAL PARA COZINHAS E ÁREAS DE SERVIÇO.	UN	20	R\$ 78,50	R\$ 1.570,00



	ESTE PRODUTO DEVE SER UTILIZADO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM ATERRAMENTO ADEQUADO CONFORME NORMA NBR 5410 PARA GARANTIR PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA O USUÁRIO				
38	EXTENSÃO 3 ENTRADAS 20M - RÉGUA EXTENSÃO ELÉTRICA 3 TOMADAS 2P+T 10A 20 METROS CABO PP BIVOLT 127V E 250V BRANCO RECOMENDADO PARA APARELHOS QUE EXIGEM MUITA POTÊNCIA COMO FORNO DE MICRO-ONDAS LAVADORAS FORNOS ELÉTRICOS GELADEIRAS E FREEZERS ETC. PERMITE A CONEXÃO DE APARELHOS COM PLUGUE 2P+T (FASE NEUTRO E TERRA) SENDO IDEAL PARA COZINHAS E ÁREAS DE SERVIÇO. ESTE PRODUTO DEVE SER UTILIZADO EM INSTALAÇÕES ELÉTRICAS COM ATERRAMENTO ADEQUADO CONFORME NORMA NBR 5410 PARA GARANTIR PROTEÇÃO E SEGURANÇA PARA O USUÁRIO. DESCRIÇÃO DO PRODUTO: EXTENSÃO COM CERTIFICADO DO INMETRO (NBR NM 247-5 E 60884-1) CORDÃO PROLONGADOR COM CABO PP 3 X 0 75MM. CABO: PP 3 X 0 75MM CONEXÃO TOMADAS: 2P+T CORRENTE MÁXIMA: 10A POTÊNCIAS MÁXIMAS: 127V/1200W - 220V/2700W COMPRIMENTO CABO: 20 METROS COR: BRANCO, CONDUTOR: COBRE ELETROLÍTICO / PVC PLUGUE: INJETADO EM PVC COM TERMINAIS EM LATÃO TOMADA: INJETADA EM POLIPROPILENO E TERMINAIS EM LATÃO SEPARADOR: INJETADO EM NYLON.	UN	20	R\$ 102,50	R\$ 2.050,00
39	EXTENSÃO 3 ENTRADAS 5M - MUITO MAIS PRATICIDADE E ÓTIMA RESISTÊNCIA COM ESSA EXTENSÃO, SÃO 5 METROS DE CORDÃO PARALELO QUE VOCÊ USUFRUI DE SEGURANÇA E QUALIDADE AO LIGAR SEUS APARELHOS NA TOMADA. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: AMPERES: 10, VOLTAGEM: 250, MEDIDA: 5 METROS, 3 PINOS., PLUG RETO. INDICADO PARA OFFICE EM GERAL	UN	20	R\$ 37,33	R\$ 746,60
40	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS - FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS 10A BIVOLT PRETO SLIM CARATERÍSTICAS DO PRODUTO: COMPACTO, MODELO SLIM, FÁCIL DE INSTALAR, COM FUSÍVEL DE PROTEÇÃO, INDICADOR LUMINOSO DE FUNCIONAMENTO, FORNECIDOS COM GABINETE EM PLÁSTICO ABS, COM PLUGUE E TOMADAS NOVA NORMA - NBR14136 . ESPECIFICAÇÕES: BIVOLT, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO - 127/220V, POTÊNCIA MÁXIMA - 1270VA PARA 127V OU 2200VA PARA 220V, COM PROTETOR CONTRA SOBRETENSÃO E SURTOS, POSSUI 5 TOMADAS ELÉTRICAS TRIPOLARES - NOVA NORMA, CABO COM 0,95M DE COMPRIMENTO, GABINETE PLÁSTICO NA COR PRETO	UN	20	R\$ 35,50	R\$ 710,00
41	FILTRO DE LINHA 6 TOMADAS - FILTRO DE LINHA UNIVERSAL 6 TOMADAS RÉGUA 110/220V BIVOLT. DESCRIÇÕES GERAIS: RÉGUA COM 6 TOMADAS PLÁSTICA NOVO PADRÃO NBR14136O MODELO: 6 TOMADAS;O CABO DE ENTRADA: 0,90M(90CM), CERTIFICADO PELO INMETRO;O CORPO DA RÉGUA + CABO = 110CMO POTÊNCIA MÁX. DO CIRCUITO: 300W EM 127V E 500W EM 220V;O TIPO DE TOMADA: 10A - TRIPOLAR (2P + ATERRAMENTO) NOVO PADRÃO NBR14136;O TENSÃO: BIVOLT 127V / 220V;O FREQUÊNCIA: 50HZ / 60HZ;O ACABAMENTO: GABINETE PLÁSTICO E TOMADAS NA COR PRETA;O CHAVE LIGA / DESLIGA E LED INDICADOR DE	UN	30	R\$ 40,33	R\$ 1.209,90



FUNCIONAMENTO;O PORTA FUSÍVEL EXTERNO					
42	<p>FIO FLEXÍVEL 1,50 MM. - IDEAL PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, POR SE TRATAR DE UM PRODUTO COM BOA FLEXIBILIDADE, E POSSUIR MAIOR FACILIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUSEIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONDUTORES DE COBRE ELETROLÍTICO FLEXÍVEL COM CLASSE 5 DE ENCORDAMENTO. ISOLAÇÃO DE PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA. NAS SESSÕES 1,50MM2 A 16,00MM2 POSSUI CARACTERÍSTICAS PARA PROPICIAR BOM ACABAMENTO E FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS CONDUTORES PELOS ELETRODUTOS OU CALHAS. NORMA APLICÁVEL DO CABO FLEXÍVEL: NBR NM 247-3. TEMPERATURA MÁXIMA DO CONDUTOR: 70°C EM REGIME PERMANENTE; 100°C EM REGIME DE SOBRECARGA. É IDEAL PARA INSTALAÇÕES COMO REDES DOMÉSTICAS, CHUVEIROS, TOMADAS, LÂMPADAS, ATÉ APARELHOS INDIVIDUAIS. SE INSTALADOS EXTERNAMENTE, DEVE-SE FIXAR EM ISOLADORES E NÃO OS DEIXAR SOLTOS OU JOGADOS SOBRE OS FORROS, PISOS OU LAJES. ROLO COM 100 METROS.</p> <p>DEVERÁ SER UM CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO FOGO. RECOMENDADO PARA APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. QUALIDADE CERTIFICADA, NAS CORES: PRETO OU AZUL.</p>	MT	600	R\$ 1,59	R\$ 954,00
43	<p>FIO FLEXÍVEL 10,0 MM. - IDEAL PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, POR SE TRATAR DE UM PRODUTO COM BOA FLEXIBILIDADE, E POSSUIR MAIOR FACILIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUSEIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FORMADO POR FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, ENCORDAMENTO COM FORMAÇÃO CLASSE 4. ISOLAÇÃO EM PVC 70°C (POLICLORETO DE VINILA) TIPO ANTICHAMA COM CARACTERÍSTICAS. ESPECIAIS QUANTO A NÃO PROPAGAÇÃO DE FOGO E AUTO-EXTINÇÃO DO FOGO (PVC/A-BWF-B). NORMA APLICÁVEL: NBR NM 247-3: CABOS ISOLADOS EM PVC PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 750V. INSTALAÇÃO DE ACORDO COM NBR 5410. ABINHO FLEXÍVEL 10MM 750V.</p>	MT	1.000	R\$ 10,27	R\$ 10.270,00
44	<p>FIO FLEXÍVEL 2,50 MM. - IDEAL PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, POR SE TRATAR DE UM PRODUTO COM BOA FLEXIBILIDADE, E POSSUIR MAIOR FACILIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUSEIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONDUTORES DE COBRE ELETROLÍTICO FLEXÍVEL COM CLASSE 5 DE ENCORDAMENTO. FIO FLEXÍVEL 2,5 MM. COR AZUL OU PRETO. ISOLADOS COM COMPOSTO TERMOPLÁSTICO TIPO PVC/D E RECOBERTO. COMPOSTO TERMOPLÁSTICO TIPO ST5, PARA TENSÃO ATÉ 750V.</p> <p>NORMA APLICÁVEL: NBR NM 247-3 ABNT.</p>	MT	2.500	R\$ 2,47	R\$ 6.175,00



	<p>ESPESSURA NOMINAL: 0,8MM. DIMENSIONAL EXTERNO: 3,6MM. ROLO COM 100METROS. NÃO PROPAGA CHAMAS E TEM ISOLAÇÃO EM DUPLA CAMADA (NAS SEÇÕES NOMINAIS ATÉ 10 MM²). RECOMENDADO PARA APLICAÇÕES ONDE EXIGEM-SE CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS. QUALIDADE CERTIFICADA, NAS CORES: PRETO OU AZUL.</p>				
45	<p>FIO FLEXÍVEL 4 MM. - IDEAL PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, POR SE TRATAR DE UM PRODUTO COM BOA FLEXIBILIDADE, E POSSUIR MAIOR FACILIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUSEIO.</p> <p>CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONDUTOR FIOS DE COBRE, TEMPERA MOLE, CLASSE 4 ATÉ A SEÇÃO NOMINAL DE 6MM E CLASSE 5 A PARTIR DA SEÇÃO 10MM (EXTRA FLEXÍVEL) ATENDENDO A NORMA ABNT NM 280. SUA CONDUÇÃO É FEITA POR FIOS DE COBRE QUE ATENDEM A NORMA ABNT NM 280 QUE SUPORTAM ATÉ 750 VOLTS DE TENSÃO ISOLADOS POR UMA CAMADA DUPLA DE POLIVINILICO TIPO BWF RESISTENTE A PROPAGAÇÃO DE CHAMAS, SENDO QUE A CAMADA EXTERNA POSSUI CARACTERÍSTICA EXTRA DESLIZANTE FACILITANDO A APLICAÇÃO DO PRODUTO EM ELETRODUTOS. TENSÃO NOMINAL: 450V~750V - TEMPERATURA MÁXIMA: 70. COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINILICO (PVC) TIPO BWF (RESISTENTE A PROPAGAÇÃO DE CHAMAS). NAS SEÇÕES NOMINAIS ATE 10MM A ISOLAÇÃO É FEITA EM DUPLA CAMADA SENDO QUE A CAMADA EXTERNA POSSUI CARACTERÍSTICA EXTRA DESLIZANTE FACILITANDO A APLICAÇÃO DO PRODUTO EM ELETRODUTOS. NBR NM 247-3 - CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750V, INCLUSIVE - PARTE 3: CONDUTORES ISOLADOS (SEM COBERTURA) PARA INSTALAÇÕES FIXAS (IEC 60227-3 MOD).NORMAS APLICÁVEIS: NBR NM 280 E NBR NM 247-2.CLASSE 4 - 247 NM 02 - C4 BWF-B, CLASSE 5 - 247 NM 02 - C 5 BWF-B.</p>	MT	1.000	R\$ 4,10	R\$ 4.100,00
46	<p>FIO FLEXÍVEL 6,00 MM. - IDEAL PARA SER UTILIZADO EM CONSTRUÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS, POR SE TRATAR DE UM PRODUTO COM BOA FLEXIBILIDADE, E POSSUIR MAIOR FACILIDADE DE INSTALAÇÃO E MANUSEIO.</p> <p>O CABO FLEXÍVEL FIO 6,0MM 750V ROLO 100M É UM CONDUTOR COM CARACTERÍSTICAS DE NÃO PROPAGAÇÃO E AUTO EXTIÇÃO DO FOGO. RECOMENDADO PARA APLICAÇÕES ONDE SE EXIGEM CABOS COM MAIOR FLEXIBILIDADE E BOM DESLIZAMENTO DURANTE A INSTALAÇÃO, COMO EM REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA DE CASAS, PRÉDIOS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, LIGAÇÕES DE PAINÉIS E MOTORES ELÉTRICOS.NORMA APLICÁVEL: ABNT NBR NM 247-3. CABOS ISOLADOS COM POLICLORETO DE VINILA (PVC) PARA TENSÕES NOMINAIS ATÉ 450/750 V, INCLUSIVE - PARTE 3 - CONDUTORES ISOLADOS (SEM COBERTURA) PARA INSTALAÇÕES FIXAS (IEC 60227-3, MOD). CONDUTOR: FORMADO POR FIOS DE COBRE NU.</p>	MT	600	R\$ 5,89	R\$ 3.534,00



	TÊMPERA MOLE E ENCORDOAMENTO CLASSE 4 OU 5 DE ACORDO COM A ABNT NBR NM 280. ISOLAÇÃO: SEÇÕES 0,5 MM² A 10 MM²: CAMADA INTERNA: PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS ESPECIAIS PARA NÃO PROPAGAÇÃO E AUTOEXTINÇÃO DO FOGO. CAMADA EXTERNA: PVC/A 70°C - COMPOSTO TERMOPLÁSTICO EXTRUDADO À BASE DE POLICLORETO DE VINILA, COM CARACTERÍSTICAS PARA FACILITAR O DESLIZAMENTO DOS FIOS PELOS ELETRODUTOS.				
47	FIO PARALELO 1,50 MM - FIO CORDÃO PARALELO FLEXÍVEL 2X1,50MM ROLO 100 METROS BRANCO DESCRIÇÕES GERAIS: RECOMENDADO PARA INSTALAÇÕES INTERNAS E LIGAÇÕES DE PEQUENOS APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, DE ILUMINAÇÃO, APARELHOS PORTÁTEIS E EXTENSÕES ELÉTRICAS. CONDUTOR: FIOS DE COBRE, TÊMPERA MOLE, CLASSE 5 ATENDENDO A NORMA ABNT NM 280. ISOLAÇÃO: COMPOSTO TERMOPLÁSTICO POLIVINÍLICO (PVC) TIPO PVC/D.	MT	200	R\$ 3,40	R\$ 680,00
48	FIO PARALELO 2,50 MM - FIO CORDÃO PARALELO FLEXÍVEL 2X2,50MM ROLO 100 METROS BRANCO DESCRIÇÕES GERAIS: INDICADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÕES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS. PODE SER USADO EM MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS; APARELHOS ELETRÔNICOS, FONTES DE ALIMENTAÇÃO E EXTENSÕES; CONDUTOR EM COBRE, TÊMPERA MOLE. ISOLAÇÃO COMPOSTO EM TERMOPLÁSTICO À BASE DE CLORETO DE POLIVINILA (PVC 70°C) ANTI-CHAMAS. TENSÃO: 750V, COR: BRANCO, DIÂMETRO NOMINAL DO CONDUTOR: 1,91MM, ESPESSURA NOMINAL: 0,8MM, DIÂMETRO NOMINAL EXTERNO: 3,51MM, VOLUME: 100 METROS, NORMA: NBR NM 2473.	MT	200	R\$ 5,07	R\$ 1.014,00
49	FONTE TIPO COLMEIA IMPUT 220 OIT 24 VDC - FONTE DE ALIMENTAÇÃO CHAVEADA 24V 3A BIVOLT IDEAL PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA CFTV, FITA LED, SOM AUTOMOTIVO, CLP, DRIVES DE MOTORES, PAINÉIS E EQUIPAMENTOS. CORRENTE DE SAÍDA (A) 3, TENSÃO DE SAÍDA (VCC) 24, POTÊNCIA (W) 75, PROTEÇÕES CONTRA SOBRE CORRENTE + FILTRO CONTRA RUÍDO, FUNÇÃO NOBREAK: NÃO TOLERÂNCIA DE SAÍDA ± 10%, TENSÃO DE ENTRADA 100VAC A 240VAC, FREQUÊNCIA DE ENTRADA 50/60HZ, CONEXÃO DE SAÍDA BORNE COM PARAFUSO, CONEXÃO DE ENTRADA BORNE COM PARAFUSO, AJUSTE DE TENSÃO DE SAÍDA SIM (TRIMPOT), PESO LÍQUIDO (G) 250, MEDIDA: ALT. 3,5CM / LARG. 7,8CM / COMP. 11CM	UN	10	R\$ 113,25	R\$ 1.132,50
50	LAMPADA BULBO LED 30W - LÂMPADA BULBO LED E27 30W 6500K, BRANCO FRIO ESPECIFICAÇÕES: FLUXO LUMINOSO: 2400 LM, POTÊNCIA: 30W, SOQUETE: E27, TENSÃO: 100-240V 50/60 HZ, EFICIÊNCIA: 80 LM/W, VIDA ÚTIL (L70): 25.000 H, ÂNGULO DE ABERTURA: 180°, MATERIAL: ALUMÍNIO E POLICARBONATO	UN	1.000	R\$ 37,00	R\$ 37.000,00
51	LAMPADA BULBO LED 40W - LÂMPADA LED 40W BULBO E27 6500K BRANCO FRIO INFORMAÇÕES TÉCNICAS: CORPO EM POLICARBONATO BRANCO, POTÊNCIA DE 40W, FLUXO LUMINOSO: 3200LM, TEMPERATURA DE	UN	1.000	R\$ 45,00	R\$ 45.000,00



	COR: BRANCO FRIO 6500K, DIMENSÕES: 118MM X 200MM, BASE: SOQUETE E27 - COMUM, TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C A 40°C, TENSÃO: 127V / 220V BIVOLT AUTOMÁTICO, FATOR DE POTÊNCIA: >0,92, ÂNGULO DE ABERTURA: 200°, FREQUÊNCIA: 60HZ, EFICIÊNCIA LUMINOSA: 80LM/W, CORRENTE NOMINAL:127V-299MA / 220V-181MA, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA.,PRODUTO NÃO DIMERIZAVEL, VIDA ÚTIL DE 25.000 HORAS				
52	LAMPADA LED 12W - LAMPADA LED 12 WATTS BULBO E27 6500K BRANCO FRIO DESCRIÇÕES GERAIS: INDICADA PARA AMBIENTES INTERNOS, E POR SER MAIS ECONÔMICA E EFICIENTE É A SOLUÇÃO IDEAL PARA SUBSTITUIR AS LÂMPADAS INCANDESCENTES OU FLUORESCENTES. BASE EM ALUMÍNIO, BULBO E CORPO EM PLÁSTICO, TEMPERATURA DE COR DE 6500K, TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C A 40°C, TENSÃO DE ENTRADA: 100V A 240V. POTÊNCIA: 12W, FATOR POTÊNCIA: > 0,70, TEMPERATURA DE COR: 6500K BRANCO FRIO, BASE: E27, MODELO: LÂMPADA BULBO LED 12W, VIDA ÚTIL ESTIMADA DE ATÉ 25.000 HORAS, LUXO LUMINOSO: 1050 LUMENS, EFICIÊNCIA LUMINOSA: 88 LM/W; DIMENSÕES: ALTURA: 4,3CM E DIÂMETRO: 2,3CM.	UN	1.000	R\$ 11,17	R\$ 11.170,00
53	LAMPADA LED 15W - LÂMPADA LED BULBO 15WATTS BIVOLT 6500K BRANCO FRIO DESCRIÇÕES GERAIS: LAMPADA LED BULBO 15W 6500K BIVOLT. TECNOLOGIA: LED, TENSÃO: BIVOLT, BASE: E-27, POTÊNCIA 15W , FLUXO LUMINOSO: 1080 LUMENS, TEMPERATURA: 6.500K, VIDA MEDIANA: 25.000 HORAS, COMPRIMENTO: 110 MM X DIÂMETRO 60 MM, COR: BRANCA FRIA, BIVOLT.	UN	1.000	R\$ 13,53	R\$ 13.530,00
54	LAMPADA LED 20W - LÂMPADA LED 20 WATTS BULBO E27, 6500K, BIVOLT, BRANCO FRIO DESCRIÇÕES GERAIS: INDICADA PARA ILUMINAÇÃO INDUSTRIAL E COMERCIAL DE GRANDES ÁREAS E APRESENTAM QUALIDADE DE LUZ VISIVELMENTE CONFORTÁVEL E COM ALTO FLUXO LUMINOSO DE 4000LM E BAIXA GERAÇÃO DE CALOR. O CORPO DA LÂMPADA E DIFUSOR EM POLICARBONATO, CARACTERÍSTICAS DE FUNCIONAMENTO: TEMPERATURA AMBIENTE: -5°C A 40°C, TENSÃO DE ENTRADA: 100V A 240V. COM DIMENSÕES: 77 X 7 X 12.1 CM.	UN	1.000	R\$ 21,67	R\$ 21.670,00
55	LAMPADA LED 50W - LÂMPADA BULBO LED E27 50W 6500K BRANCO FRIO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: FLUXO LUMINOSO: 4000 LM, POTÊNCIA: 50W, SOQUETE: E27, TENSÃO: 100-240V 50/60 HZ, EFICIÊNCIA: 80 LM/W, VIDA ÚTIL (L70): 25.000 H, ÂNGULO DE ABERTURA: 180°, MATERIAL: ALUMÍNIO E POLICARBONATO. DIMENSÕES: A 232,5MM X B 138MM.	UN	300	R\$ 48,27	R\$ 14.481,00
56	LAMPADA LED 9W - LÂMPADA BULBO LED 9W BRANCO FRIO 6500K BIVOLT E27 DESCRIÇÕES GERAIS: LÂMPADA BIVOLT, COM VIDA ÚTIL DE 25.000H,É INDICADA PARA AMBIENTES INTERNOS E POR SER MAIS ECONÔMICA E EFICIENTE É A SOLUÇÃO IDEAL PARA SUBSTITUIR AS LÂMPADAS INCANDESCENTES OU FLUORESCENTES, COM TIPO DE SOQUETE: E27 (PADRÃO RESIDENCIAL), GRAU DE PROTEÇÃO: IP20, EFICIÊNCIA: 90LM/W, FLUXO LUMINOSO: 810LM, DIMENSÕES: 9W= 109MMX60MMX60MM, EQUIVALÊNCIA: 9W = 60W	UN	1.000	R\$ 8,33	R\$ 8.330,00



	(INCANDESCENTE) 16W (FLUORESCENTE).				
57	LAMPADA TUBULAR LED 20W/18W 6400K - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: LÂMPADA LED TUBULAR 20W LUZ BRANCA BIVOLT, BIVOLT VIDA ÚTIL: 25.000 HORAS ÂNGULO DE ABERTURA: 270°, COR DA LUZ: LUZ BRANCO FRIO DIÂMETRO: 2,6CM, COMPRIMENTO: 120CM	UN	600	R\$ 19,83	R\$ 11.898,00
58	MANGUEIRA CORRUGADA ½ - ELETRODUTO CORRUGADO PVC 20MM 50 METROS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PROTEÇÃO MECÂNICA PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO, INDICADO PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS EMBUTIDAS, EXECUTADAS EM ALVENARIA COM RECOBRIMENTO DE ARGAMASSA, EM DRYWALL OU EM OUTROS MÉTODOS CONSTRUTIVOS QUE NÃO EXERÇAM ESFORÇOS MECÂNICOS SUPERIORES AOS RECOMENDADOS. ANTI CHAMA, COR AMARELA, DIÂMETRO DO ELETRODUTO (BITOLA): ½ 20MM; RESISTÊNCIA DIAMETRAL DO ELETRODUTO: CARGA ATÉ 320N/5CM; NORMAS DE REFERÊNCIA: NBR 15465 - SISTEMAS DE ELETRODUTO PLÁSTICOS PARA INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO - REQUISITOS DE DESEMPENHO; NBR 5410 - INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DE BAIXA TENSÃO.	MT	1.000	R\$ 0,87	R\$ 870,00
59	MANGUEIRA CORRUGADA ¾ - CORRUGADO CONDUITE 3/4 REFORÇADO AMARELO ROLO 50 METROS INDICADO PARA A CONDUÇÃO, PROTEÇÃO E O ISOLAMENTO DE FIOS E CABOS ELÉTRICOS DE BAIXA E MÉDIA TENSÃO, PARA APLICAÇÃO EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA NA CONSTRUÇÃO CIVIL (EM OBRAS RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E INDUSTRIAIS), PODENDO SER UTILIZADO DE FORMA APARENTE, ENTERRADO SOB O SOLO, EMBUTIDO DENTRO DE LAJE OU PAREDE DE ALVENARIA. DEVIDO À SUA ALTA FLEXIBILIDADE, SÃO FÁCEIS DE INSTALAR, PERMITINDO CURVAR SEM NECESSIDADE DE UTILIZAR OUTRAS CONEXÕES. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: MATERIAL: P.P(POLIPROPILENO) E P.E(POLIETILENO), COR: AMARELO, TAMANHO: ROLO COM 50 METROS, MEDIDA: 3/4" (25MM).	MT	3.000	R\$ 1,68	R\$ 5.040,00
60	PAINEL LED 18W - PAINEL LED SOBREPOR 18WATTS BIVOLT, QUADRADO, BRANCO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS O PAINEL DE LED SOBREPOR 18W QUADRADO É VERSÁTIL E PODE SER USADA EM AMBIENTES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E CORPORATIVOS, PROPORCIONANDO UMA ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA COM DESIGN CLEAN E MODERNO. CORPO EM ALUMÍNIO E DIFUSOR EM POLICARBONATO E DE 30W COM CORPO E DIFUSOR EM POLICARBONATO. FLUXO LUMINOSO CONSTANTE EM TODA FAIXA DE TENSÃO, TIPO DE INSTALAÇÃO: SOBREPOR, BAIXO CONSUMO DE ENERGIA, INDICADO PARA USO INTERNO, EFICIÊNCIA LUMINOSA: 70LM/W, EMISSÃO DE LUZ: BRANCA FRIA, DIMENSÕES: ALTURA: 225MM, LARGURA: 225MM, COMPRIMENTO: 30MM.	UN	40	R\$ 33,50	R\$ 1.340,00
61	PAINEL LED 24W - PAINEL LED DE SOBREPOR 24 WATTS, BIVOLT, QUADRADO, BRANCO 30X30 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: É INDICADO PARA INSTALAÇÕES DIRETAMENTE SOBRE A CAIXA DE PASSAGEM, EM SUPERFÍCIES DE ALVENARIA OU CONCRETO. PAINEL 24W LED 30X30 QUADRADO DE SOBREPOR, COR: BRANCO FRIO, POTÊNCIA DE 24W COM CORPO EM ALUMÍNIO E	UN	40	R\$ 57,33	R\$ 2.293,20



	DIFUSOR EM POLICARBONATO, FLUXO LUMINOSO CONSTANTE EM TODA FAIXA DE TENSÃO, TIPO DE INSTALAÇÃO: SOBREPOR, TENSÃO NOMINAL: 100V A 240V .				
62	PAINEL LED 30W - PAINEL LED SOBREPOR 30 WATTS, BIVOLT, QUADRADO, BRANCO ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: COR: BRANCO, MATERIAL: ALUMÍNIO, CORPO EM ALUMÍNIO E DIFUSOR EM POLICARBONATO, POSSUI TRANSFORMADOR ELETRÔNICO ISOLADO, LED INTEGRADO LARGURA: 400MM-COMPRIENTO: 400MM. O PAINEL DE LED SOBREPOR 30W QUADRADO É VERSÁTIL E PODE SER USADA EM AMBIENTES RESIDENCIAIS, COMERCIAIS E CORPORATIVOS, PROPORCIONANDO UMA ILUMINAÇÃO HOMOGÊNEA COM DESIGN CLEAN E MODERNO	UN	40	R\$ 96,33	R\$ 3.853,20
63	PLAFON FIXO DE PORCELANA: PLAFON REDONDO PARA LÂMPADA INTEIRO PORCELANA O PLAFON DE PORCELANA FIXO É IDEAL PARA UTILIZAÇÃO EM LUMINÁRIAS E SPOTS E PODE SER UTILIZADO COM DIVERSOS MODELOS DE LÂMPADAS. DIÂMETRO: 11CM	UN	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
64	PLUGUE FEMEA 3P 10A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CONEXÃO DOS CONDUTORES ATRAVÉS DE BORNES PARAFUSADOS, MATERIAL DE COBERTURA: TERMOPLÁSTICO, SAÍDA DOS CABOS 180°, PINOS E CONTATOS EM LATÃO, 10 AMPERES EM TENSÕES DE ATÉ 250V.	UN	200	R\$ 5,67	R\$ 1.134,00
65	PLUGUE FEMEA 3P 20A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: O PLUGUE FÊMEA 2P+T 20 AMPERES 250 V É PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO ANTICHAMA, CONTA COM COMPONENTES CONDUTORES EM LIGA DE COBRE E GARANTE ALTA QUALIDADE E SEGURANÇA. POSSUI PRENSA CABO PARA MELHOR INSTALAÇÃO DO CABO CONDUTOR ELÉTRICO.	UN	100	R\$ 6,33	R\$ 633,00
66	PLUGUE MACHO 3P 10A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PLUGUE MACHO 2P+T 10 A 250 V, COR: BRANCO, PRODUZIDO EM TERMOPLÁSTICO ANTI CHAMA E CONTA COM COMPONENTES CONDUTORES E PINO MACIÇO EM LIGA DE COBRE, AMBAS CARACTERÍSTICAS QUE PROPORCIONAM ALTA QUALIDADE E SEGURANÇA.	UN	200	R\$ 5,67	R\$ 1.134,00
67	PLUGUE MACHO 3P 20A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: PLUGUE BIPOLAR MACHO 180° 20A 250V CINZA SOBREPOR, PROPORCIONA CONEXÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES DO APARELHO OU PRODUTO. ALTURA (CM): 8,500 COMPRIENTO (CM): 16,000 ACABAMENTO: FOSCO	UN	100	R\$ 7,33	R\$ 733,00
68	RELÉ FOTOELÉTRICO - RELE FOTOELETRICO RETARDO RFR2FS 220V O RELÉ FOTELÉTRICO É IDEAL PARA O ACIONAMENTO DE PONTOS LUMINOSOS E OUTRAS CARGAS. ESTE EQUIPAMENTO MANTÉM ACESAS LUMINÁRIAS NA AUSÊNCIA DE LUZ NATURAL E É INSENSÍVEL A VARIAÇÕES BRUSCAS DE LUMINOSIDADE, RELÂMPAGOS E FARÓIS. PODE SER INSTALADO COM QUALQUER TIPO DE LÂMPADA. SISTEMA DE ACIONAMENTO TIPO TÉRMICO. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TENSÃO: 220 VCA / 50-60HZ, MATERIAL: POLIPROPILENO - UV-STABILITY, COR: AMARELO, MODELO: RFR2FS	UN	50	R\$ 27,00	R\$ 1.350,00
69	TEE ADAPTADOR TOMADA - ADAPTADOR ELÉTRICO T TOMADA BENJAMIN PINO T 10A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: CORPO EM	UN	50	R\$ 6,67	R\$ 333,50



	POLIPROPILENO ANTI CHAMAS, PINO MACIÇO, POTÊNCIA MÁXIMA DE 1500 WATTS, 10 AMPERES				
70	TOMADA EMBUTIR 10A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: AS TOMADAS DE ENERGIA 10 AMPERES TEM PLUGUES COM PINOS MENORES (4MM DE DIÂMETRO). A CAPACIDADE DE CORRENTE TOTAL DOS EQUIPAMENTOS CONECTADOS NÃO DEVE EXCEDER A 10 AMPERES. POTÊNCIA MÁXIMA EM 127V É DE 1270W E PARA 220V, 2200W.	UN	400	R\$ 23,97	R\$ 9.588,00
71	TOMADA EMBUTIR 10A DUPLA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: CONJUNTO TOMADA DUPLA 10A 2P+T 4X2, TECLAS ERGONÔMICAS E DE SUAVE ACIONAMENTO, BORNE À PARAFUSO, PARAFUSOS ESCONDIDOS, ACABAMENTO BRANCO BRILHANTE, DE EMBUTIR, CAIXA 4 X 2. BIVOLT, DIMENSÕES DO PRODUTO: (AXLXP) 20X9X4 CM.	UN	400	R\$ 14,30	R\$ 5.720,00
72	TOMADA EMBUTIR 20A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: TOMADA FIXA DE EMBUTIR BIPOLAR 2P+T 20 AMPERES, AMPERAGEM: 20AMPERES, CERTIFICADO NBR NM 60884-1 E NBR 14136, COR: BRANCA, TENSÃO: 250V, DIMENSÕES: 11,8 CM DE ALTURA X 7,8 CM DE LARGURA X 0,6 CM DE ESPESURA, QUANTIDADE DE PÓLOS: 2 PÓLOS	UN	200	R\$ 11,50	R\$ 2.300,00
73	TOMADA EMBUTIR 20A DUPLA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TOMADA DUPLA 20 AMPERES COM ESPELHO, SERVE PARA CAIXAS PADRÃO 4X2 EMBUTIDAS NA PAREDE, 3 PINOS 20 AMPERES (2P+T), COM CERTIFICAÇÃO INMETRO, COMPLETA, A MONTAGEM É RÁPIDA, FÁCIL E CONTAM COM UM PVC BRILHANTE DE ALTA RESISTÊNCIA E COM PARAFUSOS PARA FIXAÇÃO	UN	200	R\$ 16,17	R\$ 3.234,00
74	TOMADA EMBUTIR INTERRUPTOR + TOMADA 10A - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES + TOMADA FIXA DE EMBUTIR 2P + T 10A 250V, PLACA 4X2, INCLUI MÓDULO, PLACA, SUPORTE PARA FIXAÇÃO E PARAFUSOS, DIMENSÕES PLACA: 4X2, COR PLACA: BRANCO BRILHANTE, COR TECLA: BRANCO, MATERIAL: ABS BRILHANTE DE RESISTÊNCIA	UN	350	R\$ 13,50	R\$ 4.725,00
75	TOMADA EMBUTIR INTERRUPTOR + TOMADA 20A - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES + 1 TOMADA 20A COM ESPELHO, SERVE PARA CAIXAS PADRÃO 4X2 EMBUTIDAS NA PAREDE, 3 PINOS 20A (2P + 1T), COM CERTIFICAÇÃO INMETRO. INDICADO PARA AREAS INTERNAS E EXTERNAS, MATERIAL: ABS BRILHANTE DE ALTA RESISTENCIA.	UN	150	R\$ 17,83	R\$ 2.674,50
76	TOMADA EMBUTIR INTERRUPTOR DUPLO 2 TECLA SIMPLES - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: PLACAS DELICADAMENTE DESENHADAS E COM ACABAMENTO POLIDO EM ALTO BRILHO PARA ADEQUAR A QUALQUER AMBIENTE E FACILITAR A LIMPEZA. SEGURANÇA E DURABILIDADE. SUAS PLACAS FABRICADAS EM ABS DE ALTA QUALIDADE POSSUI COMPOSTO ANTI-CHAMAS E ANTI-UV, AUMENTANDO CONSIDERAVELMENTE SUA VIDA ÚTIL. COR: BRANCO, MATERIAL: ABS ANTI-CHAMA E UV, TIPO: SIMPLES DUPLO, TENSÃO: BIVOLT, CORRENTE: 10 AMPERES, CAIXA: 4X2.	UN	150	R\$ 16,17	R\$ 2.425,50
77	TOMADA EMBUTIR INTERRUPTOR SIMPLES - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: INTERRUPTOR PREDIAL EMBUTIR 1 TECLA SIMPLES BRANCA	UN	250	R\$ 9,43	R\$ 2.357,50



	COM PLACA 4 X 2" BRANCA, INSTALACAO: EMBUTIR ACIONAMENTO: 1 TECLA SIMPLES NUMERO POLOS: UNIPOLAR QUANTIDADE DE TECLAS: 1 TECLA PLACA: COM PLACA 4 X 2" COR PLACA: BRANCA POSSUI DESIGN MODERNO E ARROJADO QUE POSSIBILITAM INÚMERAS COMBINAÇÕES, INSTALAÇÃO PRÁTICA E ACABAMENTO PERFEITO.				
78	TOMADA SX 10A - TOMADA SIMPLES 10 AMPERES SISTEMA X CAIXA SOBREPOR EXTERNO CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TOMADA SIMPLES 10A SOBREPOR, DESIGNER MODERNO E ELEGANTE, FÁCIL INSTALAÇÃO, PODE SER UTILIZADO COM CANALETAS, FIXADO NA PAREDE COM PARAFUSO E BUCHA (NÃO INCLUSO), DIMENSÃO (L X A X P): 6,5 X 7,5 X 5 CM	UN	500	R\$ 9,97	R\$ 4.985,00
79	TOMADA SX 10A DUPLA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TOMADA DUPLA 3 POLOS (2P+T) 10A SISTEMA X, COR: BRANCO, POLÍMEROS E CONTATOS EM LATÃO, 10 AMPERES / 250V, BIVOLT, FABRICADO COM PLÁSTICO ANTI CHAMA;	UN	250	R\$ 14,30	R\$ 3.575,00
80	TOMADA SX 20A - TOMADA 2P+T SISTEMA X 20 AMPERES CAIXA EXTERNA SOBREPOR CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: FÁCIL INSTALAÇÃO, PODE SER UTILIZADO COM CANALETAS, TOMADAS COMPATÍVEL COM APARELHOS QUE POSSUEM 3 OU 2 PINOS, TOMADA MODELO PADRÃO NOVO 2 PINOS + TERRA (2P+T); LINHA: SISTEMA X (EXTERNA, SOBREPOR), PRODUTO: TOMADA SIMPLES, COR: BRANCO, ACABAMENTO: BRILHANTE, CORRENTE NOMINAL: 20 AMPERES, TENSÃO MÁX.: 250V~ - 50/60HZ. MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 65MM, ALTURA: 75MM, PROFUNDIDADE: 50MM.	UN	150	R\$ 13,67	R\$ 2.050,50
81	TOMADA SX 20A DUPLA - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: TOMADA DUPLA 3 PÓLOS (2P+T) 20A SISTEMA X, COR: BRANCA, POLÍMEROS E CONTATOS EM LATÃO, 20 AMPERES / 250V, BIVOLT, FABRICADO COM PLÁSTICO ANTI CHAMA.	UN	100	R\$ 18,27	R\$ 1.827,00
82	TOMADA SX INTERRUPTOR + TOMADA 10A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: INTERRUPTOR + TOMADA 10 AMPERES SOBREPOR, PODE SER UTILIZADO COM CANALETAS, FIXADO NA PAREDE COM PARAFUSO E BUCHA (NÃO INCLUSO), DIMENSÃO (L X A X P): 6,5 X 7,5 X 5 CM. COR: BRANCO.	UN	350	R\$ 15,75	R\$ 5.512,50
83	TOMADA SX INTERRUPTOR + TOMADA 20A - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS: INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 20A 3 PÓLOS (2P+T) SISTEMA X BRANCO SOBREPOR, PODE SER UTILIZADO COM CANALETAS, FIXADO NA PAREDE COM PARAFUSO E BUCHA (NÃO INCLUSO), DIMENSÃO (L X A X P): 6,5 X 7,5 X 5 CM.	UN	200	R\$ 18,30	R\$ 3.660,00
84	TOMADA SX INTERRUPTOR DUPLO - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INTERRUPTOR DUPLO DE SOBREPOR, DESIGNER MODERNO E ELEGANTE, FÁCIL INSTALAÇÃO, PODE SER UTILIZADO COM CANALETAS, FIXADO NA PAREDE COM PARAFUSO E BUCHA (NÃO INCLUSO), DIMENSÃO (L X A X P): 6,5 X 7,5 X 5 CM	UN	100	R\$ 17,50	R\$ 1.750,00
85	TOMADA SX INTERRUPTOR SIMPLES - CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS: INTERRUPTOR	UN	400	R\$ 11,60	R\$ 4.640,00



SIMPLES SISTEMA X C/ CAIXA SOBREPOR, FUIROS OBLONGOS COM AJUSTE HORIZONTAL E VERTICAL, FIXAÇÃO EM MÓVEIS, DIVISÓRIAS OU EM DRY-WALL, MÓDULOS COM GARRAS ESPECIAIS PERMITE INSTALAÇÕES EM SITUAÇÕES A DIVERSAS, REMOÇÃO FRONTAL DOS MÓDULOS SEM RETIRAR O SUPORTE. LINHA: SISTEMA X (EXTERNA, SOBREPOR), PRODUTO: INTERRUPTOR SIMPLES, COR: BRANCO, ACABAMENTO: BRILHANTE, CORRENTE NOMINAL: 10 AMPERES, TENSÃO MÁX.: 250V~ - 50/60HZ, MEDIDAS APROXIMADAS: LARGURA: 65MM, ALTURA: 75MM, PROFUNDIDADE: 50MM.				
---	--	--	--	--

- 1.2. Os valores referidos na tabela de itens devem ser considerados como máximo aceitável pela Administração.
- 1.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. **Da justificativa para aquisição:** Aquisição de materiais elétricos, objetivando atender as necessidades referentes a manutenção preventiva e corretiva das instalações elétricas em todos os prédios e demais, pertencentes a Prefeitura de Sangão/SC. O presente procedimento licitatório é necessário para manter os trabalhos administrativos e operacionais rotineiros dos setores, bem como, manter os serviços públicos em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Os produtos objeto do presente certame licitatório estão em perfeita consonância às exigências do parágrafo único do art. 1º da Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002, pois a escolha dos mesmos pode perfeitamente ser feita tão somente com base nos preços ofertados, haja vista serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa, sendo inclusive encontrados facilmente no mercado.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. **GARANTIA:** O fornecedor dos bens será responsável pela substituição, troca ou reposição dos itens porventura entregues danificados ou não compatíveis com as especificações do Termo. Na substituição de itens defeituosos, a reposição será por outro com especificações técnicas iguais, ou superiores com aprovação prévia da Contratante, sem custo adicional para a Contratante.
- 4.2. A entrega deverá ser realizada em dias úteis, diretamente nos locais indicados pelo setor requisitante, respeitando-se o horário de recebimento: das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 16h30min.
- 4.3. Os materiais deverão ser entregues acondicionados adequadamente, de forma a permitir completa segurança durante o transporte.
- 4.4. Os gastos com embalagem e deslocamento para entrega das mercadorias são responsabilidades do contratado.
- 4.5. A nota fiscal emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo e o número do pregão, a fim de acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

5. DAS AMOSTRAS

- 5.1. O Município de Sangão solicitará do primeiro classificado de cada item amostra de pelo menos uma unidade dos itens.
- 5.2. As amostras deverão ser encaminhada/apresentadas, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do encerramento da Sessão de Julgamento onde o licitante for declarado vencedor dos itens do objeto, para conferência, análise e aprovação do corpo técnico do setor responsável.
- 5.3. As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante, conter os respectivos prospectos



e manuais (se for o caso), dispor na embalagem de informações quanto as suas características, tais como: marca, número de referência (lote), e outras que a legislação ou normatização exigem, independente de transcrição neste Edital.

- 5.4. Os materiais de origem estrangeira deverão apresentar informações em língua portuguesa, suficientes para análise técnica do produto.
- 5.5. Os bens apresentados como amostra poderão ser abertos, desmontados, submetidos aos testes necessários.
- 5.6. Será rejeitada a amostra que não atender as especificações descritas neste Termo de Referência.
- 5.7. A rejeição do item será devidamente fundamentada.
- 5.8. Enquanto não expirado o prazo para entrega da amostra, o licitante poderá substituir ou efetuar ajustes e modificações no material apresentado se solicitado troca da amostra.
- 5.9. Será desclassificada a proposta da licitante no item que tiver sua amostra rejeitada ou não entregá-la no prazo estabelecido.
- 5.10. Se a amostra for rejeitada, será examinada a proposta do licitante subsequente e solicitará amostra dos itens do mesmo.
- 5.11. Após a homologação do certame, o licitante terá 03 (três) dias para retirar as amostras, independentemente se aceita ou rejeitada, no mesmo endereço onde foi entregue. Após esse prazo, não havendo retirada das amostras, as mesmas serão descartadas.

6. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. O prazo de entrega dos(s) produto(s)/material(ais) é de no máximo 01 (um) dia, contado do(a) pedido, em remessa única, ou parcelada.
- 6.2. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) serão recebidos provisoriamente no prazo de até 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4. Os(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
 - 6.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 7.1. São obrigações da Contratante:
 - 7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 7.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.



- 7.2.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 7.3.** A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 8.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca e especificações mínimas constantes deste termo, edital e demais anexos;
- 8.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios (defeitos estado de conservação) e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);
- 8.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5.** Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATANTE, obrigando-se a atender, de imediato, todas as reclamações a respeito da qualidade dos produtos, bem como providenciar a sua comprovação, devendo arcar com as despesas resultantes;
- 8.1.6.** Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência dos produtos;
- 8.1.7.** Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade observada em virtude da prestação do fornecimento e prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados, cujas obrigações obrigam-se a atender prontamente;
- 8.1.8.** Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas nas legislações específicas de acidente de trabalho, bem como por todas as despesas decorrentes do fornecimento, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas por Lei;
- 8.1.9.** Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, na execução do objeto contratado;
- 8.1.10.** Providenciar a imediata correção das deficiências a pontadas pela CONTRATANTE quanto à execução do objeto contratado;
- 8.1.11.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 8.1.12.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.13.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9. DO RECEBIMENTO DOS ITENS

- 9.1.** Os itens objetos deste processo serão recebidos:
- 9.1.1.** Provisoriamente, no prazo de até 10 (dez) contados da entrega dos produtos, ocasião em que o responsável por seu acompanhamento e fiscalização procederá à conferência de sua conformidade com as especificações da Ordem de Serviço e demais condições constantes deste Termo de Referência. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento.
- 9.1.2.** Definitivamente, em até 30 (trinta) dias após o recebimento provisório, caso não se verifique defeitos ou



imperfeições, por servidor designado pela autoridade competente, mediante termo **circunstanciado**.

10. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 10.1.** Para o fornecimento dos itens, objeto do presente instrumento, será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com o edital de licitação, do Termo de Referência e da Proposta da empresa vencedora.
- 10.2.** O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contada a partir de sua assinatura, podendo ter sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, mediante termos aditivos, até o limite de 60 (sessenta) meses, após a verificação da real necessidade e vantagens para a Administração em sua continuidade, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser alterado, exceto no tocante ao seu objeto.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 11.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

12. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 12.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 13.1.** Nos termos do art. 67, da Lei Federal nº 8.666/93, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 13.1.1.** O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 13.2.** A fiscalização do contrato/ata de registro de preços será efetuada pelo Chefe de Gabinete, Thiago da Silva Izidoro, servidor desta municipalidade.
- 13.3.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 13.4.** O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 14.1.** Comete infração administrativa nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei Federal nº 10.520/02, a Contratada que:
- 14.1.1.** Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 14.1.2.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 14.1.3.** Apresentar documentação falsa;
- 14.1.4.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 14.1.5.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 14.1.6.** Não manter a proposta;
- 14.1.7.** Cometer fraude fiscal;
- 14.1.8.** Comportar-se de modo inidôneo.



- 14.2.** A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 14.2.1.** Advertência.
- 14.2.2.** Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Municipais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
- 14.2.2.1.** De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
- 14.2.2.2.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **12.2.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
- 14.2.2.3.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
- 14.2.2.4.** De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada;
- 14.2.3.** Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 05 (cinco) anos consecutivos;
- 14.2.4.** Declaração de inidoneidade.
- 14.2.4.1.** A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 14.3.** Também fica sujeito às penalidades do art. 87, III e IV da Lei Federal nº 8.666/93, a Contratada que:
- 14.3.1.** Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 14.3.2.** Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 14.3.3.** Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 14.3.4.** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.
- 14.3.5.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 14.3.6.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 14.3.7.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 14.4.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro Municipal.



Castilho Silvano Vieira
Prefeito



ANEXO II
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores,

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____/_____, por intermédio de seu representante legal: Sr(a): _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____.

Para fins de participação, no **Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2022**.

DECLARA, para fins do disposto no **ITEM 8.1.1** do **Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2022**, que Atende Plenamente aos Requisitos de Habilitação, conforme exigido pelo inciso VII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)
RG nº _____ SSP/_____ e CPF nº _____



ANEXO III
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COM O ART. 3º
DA LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 123/2006

Ref.: Processo Licitatório nº **109/2022**
Edital de Pregão Presencial nº **048/2022**

Declaro, sob as penas artigo 299 do Código Penal, que esta proponente _____, inscrita no CNPJ sob nº _____/_____, se enquadra no disposto do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, e que não se enquadra em nenhuma das possibilidades previstas no art. 3º, § 4º, da mesma Lei, que segue:

- I.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- II.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- III.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- IV.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- V.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;
- VI.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo e as de crédito;
- VII.** Que participe do capital de outra pessoa jurídica, exceto cooperativa de crédito;
- VIII.** Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- IX.** Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- X.** Constituída sob a forma de sociedade por ações.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmo a presente.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)
RG nº _____ SSP/____ e CPF nº _____



ANEXO IV
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao pregoeiro e equipe de apoio
Prefeitura Municipal de Sangão/SC
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA que:

1. Para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 1993 e alterações posteriores.
2. Para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
4. Para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, nos termos do inciso III, do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
5. Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
6. Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**
7. Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato** seja encaminhado para o seguinte endereço:
E-mail: XXXXXXXXXXXXXXXX
Telefone: (XX) XXXXXXXXX
8. Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.
9. Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob nº....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da **Ata de Registro de Preços/contrato**, referente ao Pregão Presencial nº 048/2022 e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração unificada.

_____, _____ de _____ de 2022.

(Assinatura do Responsável Legal e Carimbo da Empresa)

RG nº SSP/____ e CPF nº-_____



ANEXO V
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS P/ COMPRAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2022

O **MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rodovia SC 443, Km 02, CEP 88717-000, Sangão-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 95.780.458/0001-17, neste ato representado pelo seu Prefeito **Sr. Castilho Silvano Vieira**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma presencial, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/2022**, publicada no **Diário Oficial do Municípios**, processo administrativo n.º **XXX/2022, homologado em XX/XX/2022, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando às partes as disposições da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no DOU de 18 de julho de 2002, Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 080, de 03 de agosto de 2022 e subsidiariamente a Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, regulamentada em âmbito municipal pelo do Decreto Municipal nº 063, de 30 de maio de 2022 e Decreto Municipal nº 042, de 28 de junho de 2017, Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem por objetivo registrar preços com a finalidade de selecionar a proposta mais vantajosa p/ futura(s) e eventual(is) aquisição(ões) de materiais elétricos, para serem fornecidos de forma parcelada, obedecidos as especificações mínimas constantes no Edital, Termo de Referência e demais Anexos.

2. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1.** A vigência desta Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir da sua assinatura, não podendo ser prorrogada.
- 2.2.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município não será obrigado a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

3. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

- 3.1.** O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Razão Social Fornecedor Registrado:						
CNPJ:						
End.:						
Fone:			Fax:			
E-mail:						
Representante:			RG:		CPF:	
Cargo/Função:						
Item	Descrição do Material	Unid.	Quant.	Marca	V. Unit.	V. Total
Valor Total						

4. DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS

- 4.1.** A presente Ata de Registro de preços é destinada a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANGÃO**.
- 4.1.1.** A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade desta administração pública municipal, mediante adesão, mediante autorização pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitada no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993
- 4.2.** Em cada fornecimento decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão nº 048/2022, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.
- 4.3.** A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago será o constante da proposta apresentada, no Pregão nº 048/2022, pela(s) empresa(s) detentora(s) da presente Ata, as quais também a integram.

5. DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

- 5.1.** O(s) fornecedor(es) detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser (em) convidado(s) a firmar(em)



contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no edital e seus anexos.

- 5.2.** A(s) contratação(ões) do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) registrado(s) neste instrumento será(ão) efetuada(s) através de contrato administrativo e nota de empenho.
- 5.2.1.** Caso a entrega for imediata fica dispensado o termo de contrato, na forma do § 4º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo, neste caso a contratação firmada por intermédio da nota de empenho.
- 5.3.** O contrato administrativo juntamente com a nota de empenho será encaminhado ao fornecedor, podendo ser via e-mail ou correspondência com aviso de recebimento, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data de recebimento.
- 5.3.1.** Nos casos de entrega imediata a nota de empenho será encaminhada ao fornecedor, podendo ser via e-mail, ou por correspondência com aviso de recebimento nos casos em que não houver possibilidade de envio por e-mail, que deverá aceitá-lo e devolvê-lo, podendo ser pelo mesmo modo, no prazo de 02 (dois) dias a contar da data de recebimento.
- 5.4.** O prazo de entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) é de 01 (um) dia contados do recebimento da autorização de fornecimento, sem interrupção e prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e nas quantidades fixadas na autorização de fornecimento.
- 5.5.** Entregues o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), serão recebidos provisoriamente, pelo(s) responsável(is) pelo seu acompanhamento e fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as suas especificações constantes no termo de referência, no prazo de até 10 (dez) dias.
- 5.6.** O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) poderá(ão) ser(em) rejeitado(s), no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no termo de referência, devendo ser(em) substituído(s) no prazo de até 02 (dois) dias, contados a partir da devolução, às custas do fornecedor, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste edital e anexos.
- 5.7.** O(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) será(ão) recebidos definitivamente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de qualidade e quantidade do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) e consequente aceitação, mediante termo circunstanciado.
- 5.8.** Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, será(ão) designado(s) representante(s)/comissão para acompanhar e fiscalizar a entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionada com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 6.1.** São obrigações do fornecedor:
- 6.1.1.** Fornecer o(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) de acordo com as especificações técnicas e as condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 6.1.2.** Cumprir os prazos estipulados para entrega do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), substituindo-os, às suas expensas, no prazo fixado no edital, quando se verificarem imperfeições, vícios, defeitos ou incorreções;
- 6.1.3.** Prover todos os meios necessários à garantia do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- 6.1.4.** A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento dos prazos ou demais condições estabelecidas;
- 6.1.5.** Indicar um preposto, tão logo assinado este instrumento, como contato para todos os atos a serem praticados no prazo de vigência da Ata de Registro de Preços;
- 6.1.6.** Comunicar imediatamente ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros essenciais para o recebimento de correspondência;
- 6.1.7.** Manter seus empregados, quando nas dependências de quaisquer dos órgãos desta municipalidade, se for o caso, devidamente identificados;



- 6.1.8. Arcar com as despesas com embalagem, seguro e transporte dos materiais até o(s) local(is) de entrega;
- 6.1.9. Comunicar imediatamente, ao Departamento de Licitações do MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC, por escrito, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis, bem como detalhar todo tipo de acidente que, eventualmente, venha a ocorrer;
- 6.1.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta Ata de Registro de Preços;
- 6.1.11. Manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7. DAS OBRIGAÇÕES DO(A) ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA GERENCIADORA

7.1. São obrigações do MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC:

- 7.1.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pelo fornecedor, nos termos do edital e da proposta;
- 7.1.2. Pagar o fornecedor o valor resultante do fornecimento do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), na forma estabelecida no Edital e nesta Ata;
- 7.1.3. Notificar o fornecedor, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes no(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s), para que sejam substituídos;
- 7.1.4. Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais;
- 7.1.5. Permitir ao pessoal do fornecedor acesso ao local de entrega, observadas as normas de segurança;
- 7.1.6. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado;
- 7.1.7. Respeitar a ordem de classificação dos fornecedores registrados quando se realizarem as contratações;
- 7.1.8. Indicar aos órgãos não participantes os possíveis fornecedores e os respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- 7.1.9. **Promover a revisão e o cancelamento, quando:**
 - 7.1.9.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
 - 7.1.9.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
 - 7.1.9.3. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
 - 7.1.9.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
 - 7.1.9.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
 - 7.1.9.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
 - 7.1.9.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
 - 7.1.9.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
 - 7.1.9.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:
 - 7.1.9.7.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;
 - 7.1.9.7.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



- 7.1.9.7.3.** Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- 7.1.9.7.4.** Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).
- 7.1.9.8.** O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens **7.1.9.7.1**, **7.1.9.7.2** e **7.1.9.7.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 7.1.9.9.** O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:
 - 7.1.9.9.1.** Por razão de interesse público; ou
 - 7.1.9.9.2.** A pedido do fornecedor.

8. DO PAGAMENTO

- 8.1.** O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 8.2.** Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal do contratado junto ao INSS, FGTS e FAZENDA MUNICIPAL.
- 8.3.** O pagamento será efetuado por intermédio de depósito efetuado pela CONTRATANTE em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicados pelo CONTRATADO em sua proposta de preço.
- 8.4.** Nenhum pagamento será efetuado ao CONTRATADO, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou decorrente de inadimplência.
- 8.5.** A critério da Contratante, poderão ser utilizados parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.
- 8.6.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ's, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.
- 8.7.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 8.8.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.9.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 8.9.1.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

- 9.1.** Com fulcro no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes penalidades, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 9.1.1.** Advertência.
 - 9.1.2.** Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Municipal, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
 - 9.1.2.1.** De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, no prazo e condições



de entrega estabelecido no Edital e anexos.

- 9.1.2.2.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item **9.1.2.1** deste edital, aplicada em dobro na reincidência.
- 9.1.2.3.** De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito.
- 9.1.2.4.** De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
- 9.1.3.** Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
- 9.1.4.** Declaração de inidoneidade.
- 9.2.** As sanções previstas nos itens "9.1.1", "9.1.3", e "9.1.4" do subitem 9.1, poderão ser aplicadas cumulativamente ou não, à penalidade de multa do item "9.1.2".
- 9.3.** As penalidades previstas neste capítulo obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.
- 9.4.** No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 5(cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.
- 9.5.** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 9.6.** No caso das penalidades previstas no item 9.1, itens "9.1.3" e "9.1.4", caberá pedido de reconsideração ao Sr. Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

- 10.1.** As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I do EDITAL.
- 10.2.** É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.
- 10.3.** Fica eleito o Foro da Comarca de Jaguaruna/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ... () vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

SANGÃO/SC, em xx de xxxxxxxxxxxxxxxx de 2022.

.....
Prefeito Municipal

.....
(Razão Social da Empresa)
(Representante legal: nome completo)
(CI: número de e órgão emissor)
(CPF: número)



ANEXO VI
MINUTA CONTRATUAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2022
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2022
CONTRATO Nº XXX/2022

INSTRUMENTO CONTRATUAL PARA **AQUISIÇÃO DE XXXXXXXXXXXX**, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O **MUNICÍPIO DE SANGÃO**, E, DE OUTRO LADO, COMO CONTRATADA, A EMPRESA **XXXXXXXXXXXXXXXX**, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666 DE 21/06/93.

O **MUNICÍPIO DE SANGÃO/SC**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rodovia SC 443, Km 02, CEP 88717-000, Sangão-SC, inscrito no CNPJ/MF sob o Nº 95.780.458/0001-17, neste ato representado pelo seu Prefeito, **Sr. Castilho Silvano Vieira**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, portador da Carteira de Identidade nº **XXXXXXXXXXXXXXXX**, residente e domiciliado no Município de Sangão - SC, doravante denominada **CONTRATANTE** e, a Empresa, pessoa jurídica de direito privado, com sede a, no município de, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, neste ato representada por, Sr., portador do CPF nº, residente e domiciliado, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo nº XXX/2022 e em observância às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO PRESENCIAL Nº XXX/2022, homologado em, ___/___/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente, conforme relacionados no Termo de Referência (Anexo I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

1.2. Discriminação do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QTD	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1						
2						
...						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de, contados do, prorrogável na forma do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$(.....).

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento municipal, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:



Programa de Trabalho:
Elemento de Despesa:
PI:

5. CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

- 5.1 O pagamento será realizado, em até 30 (trinta) dias da entrega e recebimento definitivo do(s) produto(s)/material(ais)/serviço(s) juntamente com a nota fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 5.2 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 5.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5.4 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.5 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada as devidas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 5.6 Constatando-se, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 5.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 5.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 5.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 5.10 Somente por motivo de economicidade ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente.
- 5.11 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
 - 5.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar Federal nº 123/06, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE E ALTERAÇÕES

- 6.1 O preço contratado é fixo e irrevogável.
- 6.2 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 6.3 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
 - 6.3.1. É permitido efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93.
 - 6.3.2. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

7.1 Este Termo Contratual deveser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E FORNECIMENTO DO OBJETO

8.1 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência.

8.2 Os objetos licitados deverão ser entregues parceladamente mediante requisições e/ou ordens de fornecimento previamente emitidas pelo órgão competente, no prazo de 01 (um) dia após a retirada e/ou recebimento das mesmas, em perfeito estado de conservação e com as respectivas garantias de uso.

9. CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

10.1.1. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento dos materiais, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhamentos;

10.1.2. Para o acionamento da garantia levava em consideração por parte da contratante estocagem, o manuseio entre outros, e o uso devido conforme normas e regras estabelecidas em lei.

10.1.3. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.4. São de exclusiva conta e responsabilidade da contratada, além das previstas em lei e nas normas aplicáveis, as obrigações que se seguem;

10.1.5. O material e a mão-de-obra utilizados são de inteira responsabilidade do fornecedor do serviço, devendo o trabalho ser realizado dentro de normas e critérios exigíveis pelo mercado e legislação atual.

10.1.6. Ficarão a cargo da CONTRATADA todas as despesas necessárias à prestação dos serviços: combustível, Seguro dos veículos, lubrificante, serviços de manutenção/troca de pneus, manutenção mecânica, troca de lâminas, demais equipamentos/componentes etc.

10.1.7. Os motoristas serão disponibilizados pela CONTRATADA, devendo a mesma arcar com salários, encargos sociais e trabalhistas, equipamento de proteção individual, deslocamentos, estadias, alimentação, e quaisquer outras despesas necessárias para o desempenho da função, não existindo qualquer vínculo de solidariedade entre a CONTRATADA e o MUNICÍPIO no que diz respeito a tais obrigações.

10.1.8. Responsabilizar-se integralmente pela prestação dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências contidas no Termo de Referência, observadas as especificações e outros detalhamentos;

10.1.9. Manter-se durante a execução do contrato, com as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.10. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, resultantes da execução do contrato;

10.1.11. Responder pelos danos causados diretamente ao Município de Sangão ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela contratante;

10.1.12. A inobservância destas condições implicará recusa do objeto sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da CONTRATADA inadimplente.

10.2 Além das obrigações previstas no Edital, Anexos, Termo de Referência e demais normais legais pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:



- 10.2.1. Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva entrega do objeto deste Contrato.
- 10.2.2. Aplicar à CONTRATADA penalidades, quando for o caso.
- 10.2.3. Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato.
- 10.2.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente.
- 10.2.5. Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção..

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, o licitante/adjudicatário que:
 - 11.1.1. Não aceitar/retirar a nota de empenho, ou não assinar o termo de contrato, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
 - 11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
 - 11.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
 - 11.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.6. Não manter a proposta;
 - 11.1.7. Cometer fraude fiscal;
 - 11.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 11.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 11.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no item 24.1 e subitens ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - 11.3.1. Advertência.
 - 11.3.2. Multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadora de Receitas Municipais - DARM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante), nos seguintes termos:
 - 11.3.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato, limitado a 10% do mesmo valor, por dia de atraso, entendendo-se como atraso a não entrega dos materiais, conforme prazos e condições previstas neste Edital e anexos;
 - 11.3.2.2. De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada no item 24.3.2.1 deste edital, aplicada em dobro na reincidência;
 - 11.3.2.3. De 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;
 - 11.3.2.4. De 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso de os materiais não serem entregues a partir da data aprazada.
 - 11.3.3. Suspensão temporária de licitar e contratar com o Município pelo período de até 02 (dois) anos consecutivos;
 - 11.3.4. Declaração de inidoneidade.
- 11.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.



- 11.5** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal nº 8.666/93, e subsidiariamente na Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 11.6** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.7** O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.
- 11.8** As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

- 12.1** O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.
- 12.2** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 12.3** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.
- 12.4** A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal nº 8.666/93.
- 12.5** O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:
- 12.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 12.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 12.5.3.** Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

- 13.1** É vedado à CONTRATADA:
- 13.1.1.** Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
 - 13.1.2.** Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.

- 14.1** Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, na Lei Federal nº 10.520/02 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO

- 15.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial Municipal, no prazo previsto na Lei Federal nº 8.666/93.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

- 16.1** O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o Foro da Comarca de Jaguaruna/SC.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.



SANGÃO/SC, de xxxxxxxx de 2022.

Castilho Silvano Vieira
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
RG/CPF:

Nome:
RG/CPF: